

SANDRA MARIA FARIA DA SILVA

**O ESTAGIO SUPERVISIONADO NA GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL: AS PUBLICAÇÕES, NOS ÚLTIMOS
CINCO ANOS, DE UM IMPORTANTE PERIÓDICO
BRASILEIRO**

Tese apresentada à Universidade Federal de
São Paulo – Escola Paulista de Medicina para
obtenção do título de Mestre Profissional em
Ensino em Ciências da Saúde.

**SÃO PAULO
2012**

SANDRA MARIA FARIA DA SILVA

**O ESTAGIO SUPERVISIONADO NA GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL: AS PUBLICAÇÕES, NOS ÚLTIMOS
CINCO ANOS, DE UM IMPORTANTE PERIÓDICO
BRASILEIRO**

Tese apresentada à Universidade Federal de
São Paulo – Escola Paulista de Medicina para
obtenção do título de Mestre Profissional em
Ensino em Ciências da Saúde.

Orientador: Prof. Dr. José A. Maia de Almeida

**SÃO PAULO
2012**

Silva, Sandra Maria Faria

O estagio supervisionado na graduação em Serviço Social: as publicações, nos últimos cinco anos, de um importante periódico brasileiro.

/ Sandra Maria Faria Silva - São Paulo, 2012.

x, 136f.

Tese (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de São Paulo. Escola Paulista de Medicina.

Programa de Pós-Graduação Ensino em Ciências da Saúde.

Título em inglês: The supervised intership in Social Work undergraduation: a study of the publications, in last five years, of an important brasilian journal

1. Serviço Social. 2. Educação Superior. 3. Estágios. 4. Educação Baseada em Competências. 5. Publicações Científicas e Técnicas

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
SUPERIOR EM SAÚDE**

Diretora do CEDESS:

Profa. Dra. Irani Ferreira da Silva Gerab

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Ensino em Ciências da Saúde:

Profa. Dra. Sylvia Helena Batista

SANDRA MARIA FARIA DA SILVA

Título: O Estágio supervisionado na graduação em Serviço Social: as publicações, nos últimos cinco anos, de um importante periódico brasileiro

Presidente da Banca Examinadora: Prof. Dr. José Antonio Maia de Almeida

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Eliacy Cavalcanti Lélis

Profa. Dra. Maria Liduina de Oliveira e Silva

Profa. Dra Sônia Lima Medeiros.

Suplente: Profa. Dra. Lidia Ruiz Moreno

Aprovada em: 26 de setembro de 2012

AGRADECIMENTOS

À minha família (pais, irmãs, sobrinhos, cunhadas), por me permitirem existir, aprender, insistir, fazer escolhas, errar, por vezes esquecer, não estar presente, desistir, mas acima disto tudo, me perdoar e me amar indefinidamente.

Ao meu marido, por me apoiar e encorajar incondicionalmente. O amor é expresso assim, querendo o outro livre na escolha de crescer junto a você.

Às minhas filhas Laura e Julia, razão da persistência, amor incondicional.

À minha família "planetária": amigos, conhecidos, colegas, parceiros, contemporâneos, usuários dos Serviços em que atuo, desafetos temporários, enfim todos que continuam participando da minha jornada de conhecimento, discernimento e aprendizagem permanente.

Ao meu orientador, por nossos desencontros iniciais que me fizeram insistir e sua disponibilidade, disposição na adversidade, força, inteligência, fé e respeito pelos meus erros e dúvidas me fazendo descortinar um mundo de conhecimento impar, de generosidade infinita ao me auxiliar no encontro de meu caminho de trabalho e persistência.

Aos meus colegas de curso do mestrado, que abriram com foice o caminho da mata cerrada e deixaram-me antever a estrada e o jardim ao final, reforçando em mim a certeza de que solidariedade, partilha, alegria, carinho e positividade nos fazem permanecer. Em especial à Ana Maria, minha parceira e exemplo de força, persistência e generosidade.

Aos meus colegas de trabalho (assistentes sociais, supervisores acadêmicos e do campo da prática, secretários, amigos) e aos alunos estagiários, que foram a inspiração para a realização desse estudo, pois me fizeram reconhecer no cotidiano de trabalho a realização de uma atuação profissional compromissada, buscando viver digna e coletivamente com respeito ao outro e que tão bem personifica a profissão de Serviço Social.

A muitas outras pessoas que posso ter esquecido de citar, mas que colaboraram para que este trabalho se concretizasse.

E, principalmente, à fé que tenho no ser humano, nas suas possibilidades de amar, de crescer, de mudar, de tornar a convivência uma mola propulsora de amor e aprendizagem de nós mesmos. Esta fé que tenho dentro de mim, que cada um dá-lhe um nome e eu dou o nome de Deus.

E ao final, ao meu amado pai, que se foi no final deste trabalho, mas que deixou em mim a crença de que valemos por aquilo que partilhamos, respeitamos e desejamos ao outro: o bem, o bom humor e o amor. Obrigada pai, com a sua benção.

SUMÁRIO

	Página
Resumo	VII
Abstract	VIII
Lista de figuras e tabelas	IX
Lista de siglas	X
I. Introdução	1
II. Objetivos e produto final	8
III. Referencial teórico	10
1. O Serviço Social	11
2. Planejamento curricular e competências profissionais	21
3. O processo de formação na graduação em Serviço Social	27
IV. Procedimentos metodológicos	32
1. Caracterização da pesquisa	33
2. Contexto da pesquisa	37
3. Objeto da pesquisa	40
4. Coleta de dados	43
5. Análise dos dados	45
6. Aspectos éticos	47
V. Resultados e discussão	48
1. Textos publicados e selecionados	49
2. Textos selecionados, com relação às categorias de análise	52
A. A construção histórico-política da profissão e a formação do Assistente Social	53
B. A formação específica do estudante nos campos onde	62

deve ocorrer o estágio obrigatório	
C. O desenvolvimento de competências para o exercício profissional do Assistente Social	63
D. Outros textos relacionados à atuação profissional do Assistente Social	76
VI. Conclusões e considerações finais	92
VII. Referências	98
VIII. Anexos	111

RESUMO

Introdução: O Assistente Social desempenha uma profissão com história de forte cunho assistencial, advinda de uma prática de influência da igreja, cunhada no trabalho com a população e os trabalhadores. Tem como um dos aspectos principais em sua formação acadêmica a obrigatoriedade da experiência prática, no denominado “estágio curricular supervisionado”. Considerando-se a escassez de publicações nacionais nesta área, foi realizado o presente estudo, voltado para uma revista brasileira indexada na LILACS sobre a temática, que é referência para a categoria profissional. **Objetivo:** O presente trabalho tem por objetivo caracterizar o material publicado a respeito de formação de graduação no nível do Estágio Supervisionado em Serviço Social na Revista Serviço Social e Sociedade nos últimos cinco anos, que possam subsidiar pesquisas e fundamentar o planejamento dos currículos de graduação do curso no Brasil. **Metodologia:** Privilegiou-se o estudo de caso da revista citada, no período de 2007 a 2011. Todo o material publicado nesse período foi selecionado, quanto à pertinência à temática considerada, sendo estudado por intermédio da análise de conteúdo, segundo categorias prévias e emergentes do material, por proximidade de significados. **Resultados e discussão:** Nos 20 periódicos publicados, 216 documentos foram avaliados, sendo 28 selecionados para a pesquisa, incluindo artigos, resenhas, informativos e outras modalidades. Nenhum artigo diretamente relacionado ao estágio foi identificado, em que pese a vigência da nova lei federal sobre estágios na graduação e as diretrizes curriculares do curso. Entretanto, diversas temáticas de cunho político que fazem referências à formação, bem como o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão foram localizadas e discutidas, à luz da literatura pertinente. **Conclusões:** A influência e o respaldo da indexação da Revista, juntamente com a expressiva acumulação de experiência e embasamento teórico, dificilmente justificam a ausência temática identificada. A obrigatoriedade legal do estágio supervisionado representa uma oportunidade ímpar para estimular o Comitê Editorial da Revista para publicar artigos referentes à formação de graduação em Serviço Social e, em especial, para o estágio supervisionado.

Palavras-chave: 1. Serviço Social. 2. Educação Superior. 3. Estágios. 4. Educação Baseada em Competências. 5. Publicações Científicas e Técnicas

ABSTRACT

Introduction: The social worker has a profession with a history of strong assistance, coming from a practical influence of the church, coined in working with the public and workers. One of the main aspects of their academic training is the mandatory practical experience, the so-called "supervised internship curriculum." Considering the scarcity of national publications in this area, we performed the present study, focused on the only Brazilian journal indexed in LILACS on the subject, which is a reference to the professional category. **Objective:** This study aims to characterize the material published about training graduate-level Supervised Training in Social Work in the journal *Social Work and Society* in the last five years, in order to subsidize research and support the planning of the undergraduate curricula course in Brazil. **Methodology:** We privileged the case study of the cited journal in the period 2007 to 2011. All material published in that period was selected according to the relevance to the topic considered and studied through content analysis, according to previous categories and emerging material, proximity of meanings. **Results and discussion:** In the 20 numbers published in the study period, 216 papers were evaluated and 28 selected for the research, including articles, reviews, newsletters and other modalities. No articles directly related to the stage were identified, despite the validity of the new federal law on stage at graduation and the course curriculum guidelines. However, several issues of a political nature that make references to training and developing skills necessary to practice the profession were found and discussed in the light of relevant literature. **Conclusions:** The influence and support of the indexing of the journal, along with the significant accumulation of experience and theoretical knowledge, hardly justify the absence of the themes evaluated. The legal requirement of supervised curriculum represents a unique opportunity to stimulate the Editorial Board to publish articles related to graduate training in Social Work and in particular for the supervised internship.

Key Words: 1. Social Work. 2. Education, Higher. 3. Internships. 4. Competency-Based Education. 5. Scientific and Technical Publications

Lista de Figuras, Tabelas e Quadros

		Página
Figura 1	Capa da Revista Serviço Social e Sociedade de 1982 (vol. 10)	41
Figura 2	Capa da Revista Serviço Social e Sociedade de 2009 (vol. 100)	42
Tabela 1	Volumes da Revista Serviço Social e Sociedade publicados entre 2007 e 2011	43
Tabela 2	Roteiro de fichamento dos dados para análise	46
Quadro 1	Documentos publicados no ano de 2007	49
Quadro 2	Documentos publicados no ano de 2008	50
Quadro 3	Documentos publicados no ano de 2009	50
Quadro 4	Documentos publicados no ano de 2010	51
Quadro 5	Documentos publicados no ano de 2011	51
Quadro 6	Número de documentos selecionados para estudo publicados na Revista nos anos de 2007 a 2011	52

ABAS	Associação Brasileira de Assistentes Sociais
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ALAETS	Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social
ALAIETS	Associação Latino-Americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AS	Assistente Social
CAPEX/MEC	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Ministério da Educação
CEDEPSS	Centro de Desenvolvimento e Pesquisa em Serviço Social
CELATS	Centro Latino-Americano de Trabalho Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FITS	Federação Internacional de Trabalhadores Sociais
IASW	Associação Internacional de Trabalho Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde

“Let us emancipate the student, and give him time and opportunity for the cultivation in his mind, so that in his pupilage he shall not be a puppet in the hands of others, but rather a self-relying and reflecting being.”ⁱ

Sir William Osler, (1849-1919)

ⁱ *“Vamos emancipar o aluno, e dar-lhe tempo e oportunidade para cultivar sua mente, de sorte que em seu aprendizado ele não seja um boneco nas mãos alheias, porém sobretudo um ser humano autoconfiável e reflexivo”*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto direto de um longo percurso profissional e pessoal. Egressa de um Curso de Graduação em Serviço Social, a pesquisadora então mais jovem, escolheu o curso por vê-lo ligado às relações humanas. Elegeu como temática do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na época, a relação aluno/ensino/formação profissional, mais especificamente o próprio graduando, no que tange aos seus sentimentos e à preparação que a Sociedade deste esperava, como resultantes diretos do Currículo de Graduação. Questionava, mesmo sem ter conhecimento daquilo que viria a surgir futuramente, (o contexto das Diretrizes Curriculares), o universo de demandas relativas ao perfil do egresso promulgado pelas instituições formadoras, em geral, e das condições que eram dadas ao aluno para obter/construir esse perfil. Considerando estas reflexões e indignações, optou então pelo tema de seu trabalho final de graduação.

Anos mais tarde, trabalhando como assistente social e atuando como Coordenadora do Programa de Estágio Prático Supervisionado em Serviço Social em um hospital universitário, no campo da Saúde, do ensino e pesquisa por mais de 15 anos, observou certa fragilidade no processo de ensino-aprendizagem e da avaliação do aluno, sobretudo no que se refere às Competências Profissionais previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Serviço Social (BRASIL, 2001; 2002). Observou que este tópico nem sempre era claramente compreendido pelo aluno estagiário, quando eram apresentados os objetivos educacionais constantes de Projetos Político Pedagógicos das escolas de Serviço Social e também pelos supervisores da prática, sendo, portanto, a questão da avaliação do estagiário vista geralmente sob um considerável nível de subjetividade.

Nesse percurso narrado, por meio do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado Profissional) do CEDESS (Centro de Ensino e Desenvolvimento de Educação Superior em saúde) da UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo) a pesquisadora buscou aprofundar a temática da avaliação discente em estágios supervisionados em Serviço Social, focando no desenvolvimento de competências adequadas para a inserção do egresso no mercado de trabalho, no contexto do estágio prático em Serviço Social hospitalar.

Ao cursar o Mestrado Profissional, a expectativa da autora era ir além da formalidade da aprendizagem de graduação em Serviço Social, motivada pela temática do Estágio Obrigatório, suscitando reflexões institucionais embasadas não apenas no cotidiano de sua prática profissional, mas nos fundamentos teórico-conceituais do ensino e da aprendizagem voltada para o desenvolvimento de competências profissionais compatíveis com aspectos legais, pedagógicos e com as necessidades dos serviços hospitalares articulados com as demandas da população, em geral, em nosso País.

Para tal, realizou um percurso teórico por áreas tais como: avaliação educacional, competências e desenvolvimento profissional, currículo e metodologia da pesquisa, dentre outras, tendo como foco central o Serviço Social, sua historicidade, seu desenvolvimento e o contexto social onde a profissão encontra-se inserida e alicerçada.

A intencionalidade deste estudo era inicialmente a de elaborar um instrumento de planejamento e avaliação de competências no estágio supervisionado em Serviço Social hospitalar, que pudesse ser posteriormente aprimorado e melhor operacionalizado.

Para tanto empreendeu um levantamento na literatura latino-americana, compreendendo textos pertinentes a características e relatos de experiências de avaliação educacional curricular em ambientes de futura atuação profissional. Este mergulho inicial na literatura revelou que o único periódico indexado na área era brasileiro, denominado de “Revista Serviço Social e Sociedade”, sendo este, inclusive, há mais de 30 anos, uma fonte substancial de referência da categoria profissional para diversos países.

A expectativa de encontrar um conjunto de fontes nacionais indexadas que pudessem respaldar a avaliação global (discente, docente e processo) de um programa de estágio hospitalar prático diz respeito, como será mais bem discutido posteriormente, ao desenvolvimento do Serviço Social como profissão, às competências advindas deste universo, às especificidades do exercício profissional do Assistente Social em nosso país e na América Latina, particularizado este continente, por ter uma atuação dos profissionais mais voltadas para o envolvimento com as questões sociais e a garantia dos direitos dos cidadãos, diferentemente de outros locais no mundo, onde suas funções são mais relacionadas com ações judiciais e de resguardo da legislação.

Portanto, a relevância de uma publicação do porte da Revista Serviço Social e Sociedade, indexada, inserida na realidade nacional, considerada como referência para a categoria profissional (inclusive em outros países) levou a autora a investigar primeiramente o que vem sendo publicado sobre a formação de graduação em Serviço Social – e o estágio prático em particular – neste veículo. Com tal intuito, optou por estudar esta publicação por meio da estratégia de estudo de caso, técnica normalmente aplicada a um ou poucos elementos, mas

que a literatura tem demonstrado ser adequada particularmente no desenho pretendido, sendo aplicado aos volumes mais recentes da revista citada.

Este interesse tem alicerces na história da própria pesquisadora, interessada pela avaliação discente em atividades práticas curriculares da graduação em Serviço Social na Divisão de Serviço Social do Hospital São Paulo, no caso o estágio prático supervisionado, introduzido ali no ano de 1974. Os documentos levantados indicam alguns registros de organização relativos à supervisão, então diretamente realizada pelo assistente social supervisor junto ao aluno sob sua supervisão, porém de forma intermitente, ao longo dos anos. (Manual de Serviço Social da Divisão de Serviço Social do Hospital São Paulo, última revisão de 2003).

Em 1990, a pesquisadora passou a integrar a equipe de assistentes sociais responsável pela reorganização do estágio supervisionado, realizando a adequação possível entre a demanda de faculdades de Serviço Social e a capacidade de absorção de estudantes, o que incluía a mediação com as instâncias formadoras para a seleção dos alunos estagiários, bem como a elaboração e manutenção de documentos (contratos, institucionais, organização das atividades de estágio, instrumentais e reuniões, dentre outros).

Com o aumento da demanda, em 1995 foi instituída a Coordenação de Estágio, com o objetivo de centralizar, organizar e uniformizar as ações de supervisão de estágio prático na Divisão de Serviço Social para alunos de graduação de diferentes origens, bem como da articulação com os profissionais do Serviço, que agregava formalmente o ensino às suas funções (de forma voluntária, é importante consignar).

Esta complexa duplicidade ocorreu no âmbito pedagógico destacado por Rangel (2005, p. 12), que afirma que: *“a supervisão é um trabalho de coordenação da prática educativa, é ensinar não apenas habilidades, conceitos e conteúdos vários, mas socializar para a vida em sociedade”*. Portanto, a responsabilidade do supervisor como apoio e modelo para o aluno que está construindo sua identidade profissional, é fundamental para a formação deste aluno, e também para repensar a sua atuação profissional.

Nesta mesma linha, assim manifestaram-se o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) sobre estágio e supervisão (Jornal do CRESS de abril/maio de 1995):

“O estágio é considerado elemento fundador de experiências, vivências e elaboração crítica/reflexiva do exercício profissional e a supervisão como espaço de viabilização dessa elaboração crítica/reflexiva através da constante avaliação da prática de estágio.”

Nos últimos quinze anos, mais de 250 alunos de graduação em Serviço Social realizaram estágio prático na Divisão de Serviço Social do Hospital São Paulo. Isto significa centenas de buscas bibliográficas realizadas para produções acadêmicas, destacando-se, dentre o material pesquisado, pela importância já relatada anteriormente, a Revista Serviço Social e Sociedade.

Surge, então, uma questão: o que estes e muitos interessados em formação no Serviço Social (e Estágio, em particular) encontraram no periódico, que subsidiasse e ampliasse suas pesquisas, sobretudo se considerarmos que os últimos anos trouxeram consigo uma verdadeira revolução na graduação do ensino superior no Brasil, tanto pelo aumento do mercado, da demanda de cursos

no qual a área se insere quanto na discussão e elaboração de documentos e regulamentações do exercício profissional, destacando-se a Lei que regulamenta os Estágios Supervisionados e, principalmente, as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Serviço Social? Esta questão passou então, a nortear a presente Pesquisa.

**OBJETIVOS E
PRODUTO FINAL**

OBJETIVOS E PRODUTO FINAL

Objetivo Geral

Caracterizar o material publicado a respeito de formação de graduação no nível do Estágio Supervisionado em Serviço Social na Revista Serviço Social e Sociedade nos últimos cinco anos, que possam subsidiar pesquisas e fundamentar o planejamento dos currículos de graduação do curso no Brasil.

Objetivos Específicos

- Localizar, nos números da Revista publicados nos últimos cinco anos, artigos voltados para o Estágio Curricular Supervisionado na graduação em Serviço Social.
- Mapear os tipos de trabalhos e os conteúdos neles vinculados, relacionados a planejamento e organização de estágios, tomando como bases competências profissionais a serem desenvolvidas e avaliadas na atividade curricular.

Produto Final

Considerando-se as características do Mestrado Profissional – em particular a elaboração final de um produto, fruto da pesquisa realizada – o presente trabalho objetiva elaborar um documento que apresente, de forma estruturada, alguns Princípios Norteadores para a Avaliação do Desenvolvimento de Competências no Estágio Prático Hospitalar em Serviço Social. Acreditamos que, além da formalidade da avaliação de aprendizagem, os princípios explicitados criticamente no Documento proposto tenham o potencial de suscitar reflexões institucionais a respeito da própria reestruturação do Estágio Prático, norteando-o por competências profissionais compatíveis com aspectos legais, pedagógicos e com as necessidades sociais a serem desenvolvidas e avaliadas o mais objetivamente possível pelas Escolas, buscando assim o aprimoramento da formação profissional no campo do Serviço Social Hospitalar em nosso País.

**REFERENCIAL
TEÓRICO**

1. O SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social é uma profissão de nível superior, ministrada em faculdades privadas e públicas em cursos cuja duração varia de três a quatro anos. Seu objeto de intervenção são, além da produção de conhecimento na área, as expressões da questão social nas demandas cotidianas. No Brasil, observamos que uma boa parte da atuação dos profissionais encontra-se intrinsecamente ligada às questões sociais pertinentes aos cuidados à saúde de indivíduos e populações.

Entretanto, trata-se de uma profissão de amplo caráter sócio-político, crítico e interventivo, que se utiliza de instrumental científico multidisciplinar das Ciências Humanas e Sociais (estas, sobretudo no campo das aplicadas), para análise e intervenção nos diversos aspectos da “questão social”, isto é, no conjunto de desigualdades que permeiam a relação capital e trabalho. O egresso da graduação em Serviço Social obtém o título de Assistente Social ou Bacharel em Serviço Social, devendo, para exercer legalmente a profissão, estar inscrito no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) de sua região.

Foi oficializada no Brasil mediante a Lei nº 1989 (BRASIL, 1953), sendo que a profissão de Assistente Social foi regulamentada pela Lei nº 3252 (BRASIL, 1957) e atualmente pela Lei 8662 (BRASIL, 1993), que legitima o Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais.

O Assistente Social atua em diversos segmentos da sociedade, tais como: órgãos públicos federais, estaduais e municipais, empresas privadas, organizações e entidades da sociedade civil, autônomos e clínicas de terapia de

família, casais e grupos, instituições filantrópicas, movimentos sociais, entidades patronais e unidades de ensino. Sua atuação se realiza também em Organizações Sociais, bem como em intervenções (geralmente originadas na esfera pública) junto a grupos sociais expostos a vulnerabilidades, garantindo o acesso a programas e utilização de equipamentos sociais adequados.

Merece também menção o Código de Ética Profissional, que veio sendo atualizado ao longo dos últimos anos. Dessa forma é que na década de 1990, a Lei nº 3252, de 27 de agosto de 1957 foi alterada pela Lei nº 8662, de 07 de junho de 1993, cujo texto legal expressa o conjunto de conhecimentos particulares e especializados ao exercício profissional, destacando-se:

- *“A elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas sociais;*
- *A elaboração, coordenação, execução e avaliação de planos, programas e projetos que sejam de âmbito de atuação do Serviço Social;*
- *O planejamento, a execução e a avaliação de pesquisas;*
- *A prestação de assessoria e consultoria;*
- *A prestação de assessoria e consultoria e apoio aos movimentos sociais;*
- *A realização de estudos socioeconômicos, de vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre matéria do Serviço Social; e*
- *Orientação e informação aos cidadãos de diferentes segmentos sociais sobre seus direitos, os programas sociais disponíveis, democratizando o acesso a esses programas.”*

A nova lei de regulamentação da profissão e o Código de Ética de 1993 forneceram respaldo jurídico e uma nova dimensão aos instrumentos normativos legais da profissão. São seus órgãos representativos:

- **No Brasil:** ABEPSS: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; CFESS/CRESS: Conselho Federal de Serviço Social / Conselho Regional de Serviço Social; ENESSO: Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social; CBCISS: Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais e
- **Na América Latina:** ALAEITS: Asociación Latino-Americana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social; CIBS: Conselho Internacional de Bem Estar Social América Latina e Caribe; IFSW: International Federation of Social Workers – FITS: Federação Internacional de Trabalhadores Sociais.

Em que pese outras opiniões, segundo Martinelli (1995), a profissão teve início, em sua trajetória histórica, no final do século XIX, mais precisamente em 1869, na Inglaterra, na sucessão de iniciativas estatais e “caritativas” eclesiais, como uma prática humanitária, sancionada pelo Estado e protegida pela Igreja, como uma mistificada ilusão de servir. A mesma autora citada afirma que:

“Burguesia, Igreja e Estado uniram-se em um compacto e reacionário bloco político, tentando coibir as manifestações dos trabalhadores eurocentrais, impedirem suas práticas de classe e abafar sua expressão política e social. Na Inglaterra, o resultado material e concreto dessa união foi o surgimento da Sociedade de Organização de caridade em Londres, em 1869, congregando os reformistas sociais que passavam agora a assumir formalmente, diante da sociedade burguesa constituída, a responsabilidade pela racionalização e pela normatização da prática da assistência.

Surgiam, assim, no cenário histórico os primeiros assistentes sociais, como agentes executores da prática da assistência social, atividade que se profissionalizou sob a denominação de 'Serviço Social', acentuando seu caráter de prática de prestação de serviços." (1995, p. 61)

Assim, podemos afirmar que a origem do Serviço Social como profissão tem a marca política e assistencialista de instituições religiosas mas profunda intervenção do capitalismo - alimentado em sua existência pelo confronto entre capital e trabalho - e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes (alienações, contradições e antagonismos).

Na América Latina, foi implantado no período entre 1925 e 1936, por uma espécie de transplante europeu, seguindo os seus pressupostos iniciais, mas com vinculações típicas com a estrutura e as formações sociais latino-americanas: de um Serviço Social na Europa e Estados Unidos mais voltado à atuação nas demandas jurídicas e de correção, há, na América Latina, um Serviço Social mais atrelado às questões de movimentos sociais e trabalho com comunidade.

Quanto à formação de profissionais, as primeiras Escolas de Serviço Social seguiram o modelo europeu, sendo organizadas em torno do binômio trabalho e saúde da mão de obra. Os métodos de ensino e de trabalho também foram transpostos das escolas européias, com uma ideologia determinada: servir ao sistema existente, isto é, ao capitalismo, no sentido de correção dos problemas disfuncionais deste. Em termos mais práticos, o ensino, neste modelo, voltava-se para os currículos com predomínio de disciplinas vinculadas à saúde e com ênfase também na legislação social. Valorizava-se a prática com casos, sobretudo as tarefas de aconselhamento e de consolo, uma vez que a ideia de adaptar o homem à sociedade já estava formulada implicitamente nos programas de saúde e de assistência aos operários.

O Serviço Social via-se ainda ligado às instituições confessionais, que começaram a empregar os profissionais formados nas escolas recém-fundadas por religiosas católicas, belgas e francesas. Igreja, estado e empresariado foram constituindo os campos de trabalho do Assistente Social. Como coloca Yasbeck (2009)

“_Em 1932, é criado o centro de Estudos e Ação social (CEAS), entidade que seria fundadora e mantenedora da primeira escola de Serviço Social do país. O centro surge após um curso intensivo de “formação social para moças”, organizado pelas Cônegas de Santo Agostinho de 1º de abril a 15 de maio de 1932. A direção desse curso coube a Melle. Adèle de Loneux, professora da escola católica de serviço Social da Bélgica..O centro desenvolve uma programação de cursos sobre filosofia, moral, legislação do trabalho, encíclicas etc.. Em 1934, assume a responsabilidade de implantar a Ação católica em São Paulo. O Centro criou também quatro centros operários ainda em 1932. Mais tarde esses centros se constituíram em sedes da Juventude Operária Católica e serviriam como campos de estágio para alunas do curso de Serviço Social” pg. 130.

No Brasil, emergiam, por volta da década de 30, demandas de ordem social, deflagradas pelo processo de industrialização intensa e da urbanização, decorrentes de iniciativas desenvolvimentistas do Estado, nas quais a questão social estava diretamente ligada ao processo de trabalho, à classe capitalista/dominante, à classe operária e às contradições sociais (IAMAMOTO e CARVALHO, 1991). No que diz respeito à formação acadêmica em Serviço Social, em 1936 duas assistentes sociais brasileiras que se formaram em Bruxelas fundaram a primeira Escola de Serviço Social de São Paulo, ligada à Pontifícia Universitária Católica de São Paulo.

Nos anos subsequentes, o Serviço Social foi identificado pelas classes dominantes como reprodutor das relações sociais de produção capitalista, e

Martinelli (1995) aponta como instrumento de garantia da ordem social, em momentos turbulentos:

“As práticas assistenciais desenvolvidas nos vários Estados brasileiros, ao longo dos anos de 1930 e 1940, e os eventuais benefícios concedidos aos trabalhadores, através de empréstimos, assistência médica, social e auxílios materiais, encobriam as reais intenções subjacentes. Reproduziam a nebulosidade que caracterizava a política social concebida pelo Estado liberal burguês, da qual eram parte e expressão. Tal política, durante a década de 30, sofrera significativa e estratégica alteração em sua estrutura interna, tornando-se ainda mais rigorosa e controlista em relação aos movimentos de tensão da sociedade, que atingia seu ápice a cada momento, em setores diversificados, expressando-se através de manifestações coletivas, de paralisações e de greves.” (p. 124)

Para limitar a força da classe trabalhadora, houve a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Juntas de Conciliação e Julgamento, sindicatos oficiais, com o Estado os controlando para manifestação. Diante de tais fatos, Martinelli (1995) explicita que a profissionalização do Serviço Social iniciou sua trajetória a partir de um forte marco, expressando o interesse da classe dominante, ajustando e limitando a classe trabalhadora:

“(...) os assistentes sociais compunham uma categoria sem identidade profissional própria. De tanto responderem a pressões externas aos circuitos da profissão, determinadas pelos interesses hegemônicos da classe dominante, haviam deixado de construir a própria identidade, a sua consciência coletiva em termos de projeto político e ação profissional.” (p. 134)

Conforme será discutido posteriormente, embora no início tenha ocorrido uma estruturação a partir de influências europeias relacionadas à benemerência, a vertente norte-americana introduziu outros métodos na formação profissional, tais como o Serviço Social de Caso e a Supervisão de Estágios.

Nessa época, a assistente social participa, assumindo cargos de chefia, no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, do que decorreram melhorias para o nível da profissão (VIEIRA, 1973).

De uma forma sintética, podemos afirmar que, no Brasil, o Serviço Social teve três momentos marcantes:

O primeiro ocorreu entre os anos de 1930 a 1945, coincidindo com dois importantes fatos político-sociais: no cenário mundial, a segunda grande guerra e, em nosso país, o período de vigência do Estado Novo. A inadequação de práticas europeias em nosso país realçou os modelos norte-americanos, que, como descritos, enquadravam o serviço social como assistencial, caritativo, missionário e beneficente.

No período de 1945 a 1958, acompanhando o desenvolvimento da tecnologia moderna, científica e cultural houve maior intercâmbio entre o Brasil e os Estados Unidos. Frente à realidade nacional local, que colocava o Serviço Social mais próximo às causas responsáveis pelo “desajuste” frente ao processo de trabalho, os profissionais responsáveis por este conscientizaram-se da necessidade de criar novos métodos e técnicas adequados à realidade brasileira. Tal movimento foi reforçado pela criação, em 1946, da ABESS (então denominada Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, uma década após a instalação do primeiro curso de serviço social no Brasil, a Escola de Serviço Social da PUC-SP) e a ABAS (Associação Brasileira de Assistentes Sociais). Finalmente, em 1947 foi realizado em São Paulo o I Congresso Brasileiro de Serviço Social, o qual definiu esta profissão como:

“(...) a entidade destinada a estabelecer, por processos científicos e técnicos, o bem-estar social da pessoa humana, individualmente

ou em grupo, e constituiu o recurso indispensável à solução cristã e verdadeira dos problemas sociais.” (VIEIRA, 1973, p. 73).

Retomando os pontos mais marcantes na evolução do Serviço Social em nosso país, chegamos aos anos 60, onde, com a dura instauração no Brasil da ditadura militar, a classe burguesa se aliou ao poder então constituído, que buscou controlar e dominar as demais classes e desarticular os movimentos sociais. É nesta época que tem lugar a expansão mais marcante da profissão do Assistente Social: a renovação do Serviço Social ocorre contemporaneamente às expressivas mudanças impostas à vida brasileira como um todo (social, econômica, política e cultural, dentre outras). Diversos movimentos profissionais buscam romper a ruptura do tradicionalismo (“ajuste de relações homem e trabalho”, por exemplo), no sentido da opção pelo trabalhador e seus direitos individuais e coletivos. A profissão definitivamente se laiciza e intensifica uma interlocução com as ciências sociais, ao mesmo tempo em que se aproxima dos movimentos populares.

Distante de uma unanimidade, o Serviço Social neste meio acabou apresentando duas frentes: uma que permaneceu alienada e reproduzindo a mesma prática e a outra, composta por segmentos mais críticos da categoria profissional, que buscavam superar tal alienação:

“A consciência, em meio a esse turbilhão, transformada em um verdadeiro campo de batalha, acelera a sua trajetória crítica. Tornando-se conscientes, as contradições são elevadas a princípios de conhecimento e, em consequência, de ação, produzindo nos ‘agentes críticos’ a necessidade de lutar por uma nova realidade profissional. Engajados em um movimento que no âmbito interno da profissão recebeu a denominação de Movimento de Reconceituação, esses agentes assumiram, como uma causa revolucionária, a intensa e profunda análise da ‘situação’ do Serviço Social no continente latino-americano, tanto no que se

refere ao exercício profissional como aos seus fundamentos teóricos. Abrindo espaços para o debate, para a reflexão e para a crítica, tal Movimento procurou aglutinar em torno de seus objetivos a maior parte dos agentes profissionais (MARTINELLI, 1995, p. 143).

O movimento de Reconceituação veio dar um novo impulso, expressa, dentre outras reflexões e ações, por maior produção teórica de profissionais da área e também pela interação com outros movimentos da sociedade como a Reforma Sanitária.

Com a Constituição Federal de 1988, inicia-se um novo tempo em que a sociedade civil avança em busca da legitimação dos seus direitos e o Assistente Social deixa de ser um agente da caridade e caminha em direção à execução das políticas públicas, atuando no desenvolvimento de práticas tais como pesquisa e transformações – sem abandonar a prática de aconselhamentos, esclarecendo aos seus usuários os seus direitos e deveres.

Assim, em 1993, após um rico debate com o conjunto da categoria em todo o país, foi aprovada a quinta versão do Código de Ética Profissional, instituída pela Resolução nº 273 do CFESS (1993). O Documento reflete a dimensão ética da profissão, ao delinear parâmetros para o exercício profissional, definir direitos e deveres dos Assistentes Sociais, buscando a legitimação social da profissão e a garantia da qualidade dos serviços prestados. Ele expressa a renovação e o amadurecimento teórico-político da profissão e evidencia em seus princípios fundamentais o compromisso ético-político da categoria. Conforme destaca Fraga, (2010, pg. 03), *“Historicamente o Serviço Social foi considerado vocação, habilidade, ocupação, ofício ou até mesmo arte. Atualmente é reconhecido como profissão, uma especialização do trabalho coletivo”*.

Todavia, estas mudanças no contexto social foram replicadas – muitas vezes de forma crítica e ampliada – a outros profissionais pelas sucessivas mudanças dos currículos das instâncias formadoras.

O contexto acadêmico – em suas dimensões indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão – tem-se mostrado um espaço por excelência para discussões a respeito do Serviço Social como uma profissão profundamente associada à história da sociedade, e que, dessa forma, precisa atualizar-se na medida em que as conjunturas sociais tomam novos direcionamentos.

2. PLANEJAMENTO CURRICULAR E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

A. Currículo no ensino superior: construindo um conceito

Em uma acepção mais antiga, podemos utilizar o termo *currículo*, quando aplicado à esfera do planejamento educacional, como um documento, uma relação de disciplinas cuja integralização, pelo estudante, lhe possibilita a conferência do grau pretendido, junto à instituição formadora. Assim, não será raro ouvirmos termos tais como “grade curricular”, com referência a este documento acadêmico.

Entretanto, a evolução vertiginosa do conhecimento científico e as modificações constantes no perfil profissiográfico do egresso devem ser transpostas do mundo em que vivemos para o processo formativo, e o são por intermédio do currículo, que então pode ser visto como:

“(...) uma construção social da escola, um instrumento pelo qual esta delimita um espaço onde vão ocorrer as experiências de ensino e aprendizagem, com vistas a um processo de formação, em um determinado nível de educação escolar, durante um certo período de tempo. Esse espaço é configurado e constantemente reconfigurado, considerando-se o caráter dinâmico do conhecimento e da cultura que devem ser escolarizados, ante a formação do aluno para um conjunto de necessidades sociais.”
(MAIA, 2004, p. 104).

Desta forma, o currículo, transcendendo o próprio “*corpus*” de saberes que caracteriza uma determinada atividade profissional, toma a forma de um verdadeiro recorte do meio social, no qual a educação do estudante ocorre em meio às interações (dentro do possível, planejadas, acompanhadas e avaliadas) entre os diversos personagens envolvidos.

Esta é uma realidade complexa, e da mesma fazem parte aspectos externos e internos ao próprio currículo, conforme examinados brevemente nas seções posteriores.

B. A construção contemporânea do currículo no ensino superior

A evolução histórica dos cursos superiores formadores de profissionais de saúde no Brasil, que teve lugar após a fuga da família real e da corte de Portugal para o Brasil, em 1808, ultrapassa as pretensões deste trabalho, podendo ser encontrada em diversos autores, tais como (SANTOS FILHO, 1991). Este processo teve início com o curso médico e estendeu-se aos demais, inicialmente constituídos sob a influência (europeia ou americana do norte, em geral) de seus fundadores, obviamente em meio a determinados contextos políticos, além dos aspectos científicos propriamente ditos.

Chegando a momentos mais próximos da atualidade, devemos considerar a promulgação (após uma longa tramitação legal) da Lei No. 9.394 (BRASIL, 1996), que, por estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, é conhecida por LDB (Lei de Diretrizes e Bases). Este documento legal representou um avanço consistente na organização dos Cursos Superiores, ao abolir os denominados “currículos mínimos”, substituindo-os “diretrizes curriculares”, a serem posteriormente regulamentadas pelo Conselho Nacional de Educação, sob a forma de Princípios Norteadores da construção de cada curso.

“Cabe refletir que os ‘currículos mínimos’, embora ‘engessassem’ os currículos em estruturas principalmente disciplinares, tiveram sua importância histórica em décadas anteriores, buscando um mínimo de qualidade nos cursos de graduação. Contudo, na realidade atual, mostrar-se-iam incompatíveis com formulações

curriculares mais inovadoras (como exemplo, podemos citar as metodologias problematizadoras (...)). (MAIA, 2010)

As Diretrizes Curriculares Nacionais (ou DCNs) foram concebidas para representar o resultado do planejamento das diversas instâncias responsáveis pela organização de um determinado curso superior. Ao mesmo tempo, inseridas em estruturas maiores, tais como o Projeto Político Pedagógico e o da Instituição como um todo, constituiriam a base sobretudo qualitativa para as avaliações do Ministério da Educação.

Embora a história literariamente registrada (ou não...) ateste que a elaboração das propostas encaminhadas à apreciação pelas instâncias superiores nem sempre tenha tomado como ponto central as tendências contemporâneas de formação profissional (particularmente se considerarmos o mundo atual, em constante mutação de conteúdos e estratégias de buscas de informação e intervenção em situações cotidianas), as DCNs representaram um marco positivo. A centralidade do processo educativo é claramente localizada no estudante, da mesma forma que o planejamento do ensino valoriza as competências profissionais a serem desenvolvidas, em detrimento apenas dos conteúdos a serem aprendidos (nem sempre com a sua significação no mundo do trabalho).

O referencial de “competências” há muito tempo é aceito e desenvolvido nos processos inerentes ao trabalho, conforme discute Zarifian (2001), dentre diversos outros autores. Entretanto, nas formulações curriculares, os relatos de estratégias e experiências são mais recentes, tendo um de seus pontos iniciais situados no ensino médico, onde autores tais como Harden (2002) objetivaram delimitar metodologicamente a amplitude da informação técnico-científica médica

em formulações curriculares que privilegiavam, pormenorizadamente, do ponto de vista de quem ensina, atingir objetivos instrucionais e, do ponto de vista de quem aprende, desenvolver resultados (ou efeitos) de aprendizagem. Esta iniciativa pode ser considerada dentro do conjunto do que seria posteriormente sistematizado como “currículo voltado para o desenvolvimento de competências profissionais”.

Estas considerações assumem importância especial, como será posteriormente visto, quando aplicadas ao planejamento, ao desenvolvimento e à avaliação do estágio supervisionado em Serviço Social.

Podemos definir competência profissional como a:

“capacidade de enfrentar situações e acontecimentos próprios de um campo profissional, com iniciativa e responsabilidade, segundo uma inteligência prática sobre o que está ocorrendo e com capacidade para coordenar-se com outros atores na mobilização de suas capacidades” (ZARIFIAN, 1999, p. 33).

Na área da saúde, as definições e desdobramentos da competência podem ser ainda mais complexas do que em outras, considerando-se a pluralidade de indivíduos e comunidades envolvidos, a mobilização desencadeada pelo valor do bem em questão (saúde), questões éticas e outros fatores intervenientes na realidade de um ser humano cuidar do outro, com ação, conhecimentos, habilidades e valores que busquem prevenir e resolver problemas de saúde. Uma responsabilidade e um comprometimento que estão intrínsecos e são exigidos na formação de competências do assistente social e do profissional de saúde.

Estas ideias são sumariadas por Santos (2011), ao afirmar que:

“O conceito de competência, como base da orientação curricular em saúde, é, portanto, multidimensional e envolve aspectos de diversas matrizes conceituais relacionadas ao tema. É construído a partir de um diálogo estabelecido entre as teorias que historicamente vêm ancorando e restringindo o conceito de competência a desempenhos, resultados e capacidades. Dessa forma, é ressignificado em uma lógica mais abrangente que não somente considera as inter-relações entre essas diversas definições, mas atenta para suas dimensões contextuais, políticas e socioculturais. Procuramos formar indivíduos não só para o mercado ou para sociedade, mas para a realização pessoal, para a vida. E os currículos por competência, em seu modelo integrativo, têm, necessariamente, que estar atentos a todos esses aspectos da formação profissional.” (p. 1)

Referindo-se particularmente ao Serviço Social, Iamamoto (2001), aponta, no exercício desta função, que:

“(...) supõe competência teórica e fidelidade ao movimento da realidade; competência técnica e ético-política que subordine o ‘como fazer’ ou ‘o que fazer’ e, este ao “deve ser”, sem perder de vista seu enraizamento no processo social. (p. 80)

Em um artigo publicado no Journal of the American Medical Association que teve impacto substancial nas produções a respeito do exercício profissional (e, conseqüentemente, da formação), os autores Epstein e Hundert (2002) abordam a competência profissional na formação médica, conceituando-a como:

“(...) o uso habitual e criterioso de comunicação, conhecimento, habilidades técnicas, raciocínio clínico, emoções, valores e reflexão na prática cotidiana, para o benefício do indivíduo e da comunidade atendida.” (p. 226)

A partir de uma extensa revisão da bibliografia pertinente, os mesmos autores propõem as seguintes dimensões da competência profissional, que são a seguir apresentadas:

1. Cognitiva: capacidade de solucionar problemas e identificar lacunas no próprio conhecimento. Trata-se também da autonomia na construção ativa e na utilização do próprio conhecimento.
2. Técnica: habilidades profissionais (realização de manobras e procedimentos).
3. Integrativa: julgamento científico, clínico e humanístico, inter-relacionando o conhecimento básico ao profissional, bem como a capacidade de lidar com situações de incerteza.
4. Contextual: capacidade de atuar em diferentes cenários de trabalho e de administrar o tempo.
5. Relacional: trabalho em equipe e habilidade de comunicação interpessoal e em situações de conflito.
6. Aspectos afetivos e morais: capacidade cuidadora, tolerância, respeito e responsabilidade individual e social do profissional.
7. Hábitos mentais: observação da própria prática (auto-avaliação), atenção sistemática, curiosidade crítica, bem como o desejo de reconhecer e corrigir os próprios erros.

A multiplicidade de possibilidades de atuação do Assistente Social (FRAGA, 2010) está diretamente ligada à gama de competências (ou “saberes”) que devem integrar o planejamento e o desenvolvimento curricular, o que será examinado na próxima seção, sob a ótica das Diretrizes Curriculares da área.

3. O PROCESSO DE FORMAÇÃO NA GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

A. O Curso de Graduação em Serviço Social

Segundo Vieira (1973), o *corpus* de saberes do Serviço Social se ancora em dois grandes pilares. O primeiro, de cunho mais científico, refere-se a conhecimentos de disciplinas profissionais tais como da medicina, da pedagogia, da jurisprudência e da própria indústria. O segundo, de certa forma mais prático, baseou-se em experiências concretas na organização da caridade e da assistência, esta geralmente no âmbito de políticas públicas. Ainda segundo a mesma autora, Mary Richmond – precursora do Serviço social como profissão – extraiu os temas centrais da formulação de Serviço Social de duas profissões importantes: utilizou o conceito de diagnóstico social da Medicina e o de evidência social, do Direito. Mais tarde foi a própria Medicina que forneceu o modelo clínico em suas três etapas: estudo, diagnóstico e tratamento. Em coerência, foi desta forma que se elaboraram os primeiros currículos de graduação em Serviço Social nos quais se espelharam as propostas surgidas na América Latina, como já foi anteriormente discutido.

Contemporaneamente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Serviço Social (Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1363/2001, Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002) orientam a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

O primeiro (e mais detalhado) documento inicia suas considerações não a partir de conteúdos curriculares, mas delineando o perfil do profissional que se deseja formar:

“Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.”

A seguir, enuncia as competências gerais que deverão constituir a formação:

“Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social e utilização dos recursos da informática.”

Destas competências gerais são desdobradas as específicas, relacionadas ao cotidiano do Assistente Social propriamente dito, compreendendo os diversos tipos e níveis de intervenções a serem realizadas.

Na sequência, são elencados pressupostos organizacionais do curso, que dizem respeito à flexibilidade do processo de formação, à integração entre componentes curriculares, objetivando ações interdisciplinares, à resolutividade (embasando rigorosamente propostas, nos aspectos teóricos e práticos), à dimensão investigativa e ao mesmo tempo ética da profissão, dentre outros aspectos. Deve ser ressaltada que, na atividade de estágio, é imprescindível a indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional, no sentido de que o supervisor deva aliar à sua prática profissional propriamente dita uma dimensão docente. Este tema é retomado posteriormente, valorizando as práticas integrativas docente-assistenciais.

O documento também norteia, por intermédio de três núcleos (fundamentos teórico-metodológicos da vida social, fundamentos de formação sócio-histórica da

sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional), os conteúdos a serem escolarizados, sem, entretanto, defini-los a ponto de “engessar” o planejamento, como ocorria com os currículos mínimos.

B. O estágio supervisionado no curso de graduação em Serviço Social

Em 2008, o governo federal promulgou a Lei 11.788 (BRASIL, 2008) que regulamenta os estágios práticos na graduação do ensino superior. No contexto dessa Lei, que se aplica a todos os cursos, o Serviço Social, por meio de seu Conselho Federal (CFESS) regulamentou o estágio supervisionado em seu âmbito de atuação (Resolução Nº 533 de 29/09/2008), em conjunto com a ABEPSS, que, por sua vez, já havia tomado este tópico em sua pauta de discussões, afirmando ser o estágio:

“(...) uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade campo de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O estágio supervisionado é concomitante ao período letivo escolar.” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 71)

Neste sentido, confere ênfase à capacitação do estudante nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional, antecipando inclusive a indissociabilidade da integração docente-assistencial, no que tange à supervisão (OLIVEIRA, 2003).

Esta característica, que assume importância maior ainda quando vista como uma possibilidade concreta de articulação *universidade e sociedade*, remonta às próprias origens da formação do Assistente Social:

“Estágio supervisionado é obrigatório desde a criação do curso no país. Está vinculado às disciplinas de estágio supervisionado na segunda, terceira e quarta séries do currículo do curso de serviço social, constituindo-se de observação na segunda série; a partir da terceira e quarta série do curso de graduação, tem caráter interventivo. (...) na vida profissional do conjunto das assistentes sociais no país, o exercício da supervisão constitui uma prerrogativa, e não uma exigência, com força de lei”. (JOAZEIRO, 2008, p. 2)

Podemos, portanto, afirmar que o estágio supervisionado configura-se como elemento central no processo de aprendizagem profissional do Serviço Social, ao criar oportunidades de confrontos e sínteses, estimulando e favorecendo a elaboração crítica e reflexiva do exercício profissional. Dada sua centralidade nesse processo, necessita ser assimilado à luz das políticas de estágios brasileiras (GRACIANO e LEHFELD, 2010) e constantemente ser reformulado, segundo a própria dinâmica da evolução social do país:

“A ABEPSS, o conjunto CFESS/CRESS e ENESSO, enquanto entidades de formação, exercício profissional e estudantil devem estabelecer um tratamento permanente na defesa do estágio qualificado buscando estratégias para o enfrentamento das questões postas na contemporaneidade.” (ABRAMIDES, 2003, p.16)

É o que também afirma Iamamoto (2007), quando se refere ao projeto ético-político da profissão, quanto à sua atualização aos novos tempos, contribuindo, desta forma, para a construção da cidadania, a defesa da esfera pública, o cultivo da democracia, parceira da equidade e da liberdade.

Além do estágio supervisionado colocar o estudante frente à sua futura prática profissional, este momento do curso pode ser uma ocasião privilegiada para a inserção nas atividades de pesquisa. Alves (2007) afirma que "(...) o assistente social deve ter a pesquisa e o conhecimento da realidade como um instrumento básico, indispensável para a organização e o desenvolvimento de seu trabalho cotidiano.". Nesta possibilidade, cumpre ressaltar que também é um dos atributos do SUS (BRASIL, 1988) "ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde", bem como "incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico" (Art. 200, incisos II e V, respectivamente). Este é um aspecto que também deve ser considerado quando são (re)formuladas propostas curriculares, no âmbito da indissolubilidade ensino, pesquisa e extensão, e quando as práticas profissionais do assistente social tem maior concentração na área da Saúde. O currículo, a formação de competências, o aprendizado prático, no caso o estágio supervisionado, devem contemplar, como o próprio histórico e desenvolvimento do Serviço Social privilegia, as discussões e temas inerentes ao movimento da sociedade e buscar construir conhecimento dentro deste universo dinâmico da profissão: prática e teoria se realimentando no seu cotidiano. Portanto, a riqueza do ensino-aprendizagem presente nesta relação, propicia e incentiva que se criem espaços de intervenção, pesquisa e difusão de publicações que possam realimentar, oferecer informações, produzir novas formas de atuar e reinventar constantemente a profissão de Serviço Social. Profissão esta que traduz o movimento da própria sociedade onde se insere.

**PROCEDIMENTOS
METODOLÓGICOS**

1. Caracterização da pesquisa

A metodologia adotada neste estudo segue uma abordagem qualitativa. De acordo com Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa define-se de acordo com cinco características básicas: os dados coletados são predominantemente descritivos; a preocupação com o *processo* é muito maior do que com o *produto*; o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial do pesquisador e, finalmente, a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo, considerando os sujeitos, seu contexto e a interferência deste no processo de pesquisa. Segundo Peripolli, Santos e Freitas (2011), as pesquisas de cunho qualitativo consideram a realidade pesquisada como um fenômeno cultural, histórico e dinâmico, vivenciado e descrito por um pesquisador a partir de sua capacidade de observação.

Gatti (2002) expande esta realidade, ao afirmar que:

“Cada pesquisador com seu problema tem que criar seu referencial de segurança. Não há um modelo de pesquisa científica, como não há “o” método científico para o desenvolvimento da pesquisa. Esta é uma falsa ideia, pois o conhecimento científico se fez e se faz por meio de uma grande variedade de procedimentos e a criatividade do pesquisador em inventar maneiras de bem realizar os seus estudos tem que ser muito grande”. (pág. 11)

Assim, em uma pesquisa qualitativa, outros procedimentos passam a ser valorizados, tais como a especificidade da situação de pesquisa, isto é, a descrição detalhada e rigorosa dos fundamentos lógicos utilizados para a investigação, o caminho pelo qual o pesquisador optou e a forma como

conduziu a sua interpretação, possibilitando uma visão mais complexa do fenômeno estudado (PERIPOLLI, SANTOS e FREITAS, 2011).

Ao invés de opor as estratégias qualitativas e quantitativas de pesquisa, Demo (2001) afirma que estas necessitam ser tomadas como complementares, na delimitação do foco da pesquisa, na definição dos seus objetivos e na obtenção e análise dos dados. Uma perspectiva qualitativa permite privilegiar a informação interpretativa sobre a realidade. Assim, colocam-se por um lado o sujeito que traz indagações de pesquisa a partir de suas concepções de mundo e por outro o objeto, que também se posiciona conforme o seu contexto histórico-social (MARADINO et al., 2009). Estas considerações objetivam fundamentar o recorte metodológico estabelecido pela pesquisadora, ao possibilitar a interação entre sua história, sua trajetória de vida e seu caminho metodológico. Uma vez tomada como sujeito de pesquisa uma publicação que dá voz a diferentes autores do universo da pesquisadora, o estudo de caso apresenta-se como uma técnica compatível com a viabilização dos objetivos do presente estudo.

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa qualitativa que possibilita investigar em profundidades variáveis uma situação peculiar (tal como um determinado objeto ou um recorte definido da realidade), transformando-a em referencia para situações mais amplas.

De acordo com Pontes (1994):

“Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um curso, uma disciplina, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o seu “como” e os “porques”, evidenciando a sua unidade e a sua identidade próprias.” (pág. 1)

Em que pese ser uma metodologia bastante difundida nas Ciências Sociais, o estudo de caso teve origem na Medicina há mais de dois mil anos, sendo, portanto, uma das mais antigas formas de investigação científica. No entanto, extrapolou este campo de atuação se estendendo a outras áreas inclusive, a área de educação e saúde (MARTINS, 2008).

O mesmo autor afirma que: *“Em termos amplos essa técnica é também considerada uma forma válida de se manter registros, principalmente na Medicina, no Direito e no Serviço Social”* (pág. 11).

Deve ser diferenciado, aqui, o que na prática cotidiana do assistente social (e de outros profissionais) é denominado de “estudo de caso” referindo-se a um registro de dados referentes a um indivíduo ou a uma realidade que demanda providências, no dia-a-dia de um serviço ou de uma unidade, da metodologia de pesquisa denominada de estudo de caso.

Alguns pesquisadores destacam-se no universo teórico desta modalidade, tais como Robert Yin (2006), referência atual para a metodologia do estudo de caso, em geral, e deste trabalho.

Entretanto, os autores que estudam metodologias qualitativas (tais como Mazzoti e Gil dentre outros), são unânimes em apontar a validade científica do estudo de caso como estratégia de pesquisa aplicável a dados de natureza empírica que privilegia a singularidade de uma fonte (documental, por exemplo). O estudo de caso pode ter duas perspectivas: interpretativa, buscando compreender o mundo do ponto de vista dos que dele participam, e pragmática, voltada para a obtenção de uma perspectiva global do objeto de

estudo tendo em conta o ponto de vista do investigador, buscando universalizar aquilo que o particular pode lhe fornecer.

No caso presente, foi estudado um periódico (as edições dos últimos cinco anos), o que, no contexto da metodologia de estudo de caso, pode ajudar a gerar novas teorias e novas questões para a investigação, como aponta Yin (2006):

“Como trabalhos de investigação, os estudos de caso podem ser essencialmente exploratórios, servindo para obter informação preliminar acerca do respectivo objeto de interesse. Podem ser fundamentalmente descritivos, tendo como propósito essencial descrever, isto é, dizer simplesmente “como é” o caso em apreço. E, finalmente, podem ser analíticos, procurando problematizar o seu objeto, construir ou desenvolver nova teoria ou confrontá-la com teoria já existente.” (pág.49)

Para Gil (1994,), o estudo de caso, em sua dimensão exploratória:

“(...) se fundamenta na ideia de que a análise de uma unidade de determinado universo possibilita a compreensão da generalidade do mesmo ou, pelo menos, o estabelecimento de bases para uma investigação posterior, mais sistemática e precisa.” (pág. 72)

Desta forma, o presente estudo poderá subsidiar propostas de planeamento editorial do periódico, considerando-se a adequação das temáticas publicadas à realidade e as demandas que são apresentadas pela prática do Serviço Social, na atualidade.

2. Contexto da pesquisa

O interesse inicial da pesquisadora estava voltado para o estágio supervisionado em Serviço Social: seu planejamento, de acordo com objetivos decorrentes de competências a serem desenvolvidas, as atividades e os cenários de ensino e aprendizagem e as estratégias de avaliação do discente, do docente e do processo. Como um dos pontos de referência, situava-se a nova legislação federal pertinente aos estágios curriculares em cursos superiores no Brasil (Lei nº 11.788 de 25/09/2008), que originou prontamente a Resolução CFESS nº 533, de 29/9/2008, a qual, por sua vez, teve grande impacto tanto nas Instituições de Ensino que ofereciam cursos superiores em Serviço Social, como nos Serviços que recebiam estagiários, frente às novas responsabilidades impostas pela legislação.

Nesse contexto, a presente pesquisa teve início com um levantamento bibliográfico na base de dados LILACS, utilizando como descritores “Serviço Social”, “Visitas com Preceptor”, “Educação Baseada em Competências”, correlacionando as buscas com a área da saúde.

Como aponta Marconi e Lakatos (2002):

“A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema”. (pág.25)

Do exposto, depreende-se que o levantamento bibliográfico é parte de qualquer produção científica, detendo o potencial de mapear ideias, realidades e realizações registradas em diversas mídias, bem como de lacunas no conhecimento acumulado sobre um determinado tema. Esta modalidade de acesso e interpretação de dados foi e vem sendo utilizada nas mais diversas

áreas da atuação humana, do levantamento de realidades históricas de povos ao longo dos séculos ao estudo da eficácia de políticas de ensino público, por exemplo. Como reforçam Marconi e Lakatos (2002) “(...) a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.” As fontes de dados da pesquisa bibliográfica podem constituir-se em material já publicado, tal como livros, revistas, artigos de periódicos e conteúdo disponibilizado pela Internet.

Com base neste levantamento bibliográfico foram sendo construídos os referenciais teóricos do trabalho, bem como os alicerces para a posterior discussão dos dados empíricos obtidos.

Quando da consulta à bibliografia, buscando temas que discutissem a questão do estágio supervisionado, o processo ensino-aprendizagem e as competências que se delineiam neste campo, surgiram então questões próprias e intrinsecamente presentes no perfil do assistente social, destacando-se a percepção da globalidade, da contextualidade, da realidade e da questão social, esta última ponto principal da prática profissional. Subsequentemente, esta busca de referências bibliográficas levou à delimitação do espaço geográfico da origem dos trabalhos consultados, optando-se por publicações originadas na América Latina. Esta opção metodológica justifica-se pelo fato de que, tanto no Brasil como em outros países desta região geográfica, a construção da identidade profissional do Assistente Social ocorreu em meio à participação em movimentos políticos e econômicos nacionais, o que, por sua vez resultou em uma atuação profissional mais voltada para questões sociais e da comunidade, assim como o desenvolvimento do Serviço Social e sua

historicidade (influências européias e norte-americana, movimentos de Reconceituação da profissão) foram e continuam sendo compartilhados , como aponta Montaño, 2008:

“Ao pensar na América Latina e no desenvolvimento e produção do Serviço Social nesse contexto, encontramos uma ‘unidade na diversidade’. Por um lado, diferentes processos histórico-políticos constituíram em cada país diversas estruturas produtivas, seus estados, suas relações sociais, derivando no campo profissional em graus diversos de desenvolvimento, de inserção acadêmica e laborativa, de organizações profissionais e legitimidades sociais. No entanto, os fundamentos profissionais dão certa unidade: trata-se de países periféricos, com relativa semelhança como os processos de independentização, o chamado ‘populismo’, o ‘desenvolvimentismo’, as ditaduras militares, o neoliberalismo, os processos de lutas sociais e, na profissão, o chamado movimento de Reconceituação”. (pág.2)

Portanto, o direcionamento da profissão no Brasil e na América Latina ocorreu de forma diferente, com relação a outros países, tais como os Estados Unidos da América e do continente europeu. A título de exemplo, nos EUA, o Serviço Social é menos envolvido com a saúde dos indivíduos e mais com a preservação de direitos legais de grupos sociais, assumindo, não raro, características e funções do direito legal, na proteção de grupos de maior vulnerabilidade (crianças, idosos, incapazes e outros), ou mesmo tradicionalmente para a ação psicanalítica, terapêutica e clínica (MONTAÑO, 2010).

Estes fatos justificam a escolha da LILACS como fonte de pesquisa bibliográfica.

3. Objeto da pesquisa

Como anteriormente mencionado neste trabalho, o levantamento da literatura latino-americana a respeito dos temas relacionados ao estágio supervisionado em Serviço Social, evidenciou a existência de um periódico nacional indexado na área, denominado “Revista Serviço Social e Sociedade”. A publicação iniciou-se há mais de trinta anos, sendo inclusive fonte de consulta pela categoria profissional em diversos países. Este fato levou a uma readaptação do objeto de pesquisa para a própria publicação, em si, que se tornou um “caso”, cuja metodologia de estudo também foi anteriormente apresentada.

A revista, que é também indexada pela Scielo e classificada no Estrato A1 no Sistema Qualis de Periódicos da CAPES/MEC, publica, além de artigos originais, artigos resultantes de monografias, trabalhos de conclusão de curso, projetos, relatos de experiência profissional, entrevistas, resenhas, reprodução de debates, depoimentos, em geral, notas, comunicações e registros significativos, todos eles submetidos à aprovação de seu Conselho Editorial, composto por professores e profissionais da área de destaque, oriundos de diferentes unidades de ensino superior do Brasil e do exterior. Suas áreas de interesse concentram-se nas Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Serviço Social, Ética, Ciência Política, Políticas Públicas e Saúde.

Direciona-se a um público constituído por: professores, pesquisadores, alunos e profissionais, *“constituindo-se em espaço que instiga e estimula a interlocução no interior do Serviço Social e com outras áreas do conhecimento”* (SILVA, 2009, pág. 2).

Sua existência insere-se no processo de rearticulação das forças político-profissionais na sociedade brasileira e no Serviço Social, promovendo uma diversificação e democratização das formas de expressão e das linhas de pesquisa dos assistentes sociais. Segundo a própria revista:

“O periódico nasceu na conjuntura do final do regime militar no Brasil, quando muitos movimentos sociais e populares questionavam o Estado autoritário e clamavam por liberdades democráticas. Momento também de fortes mobilizações sindicais que levaram às grandes greves do ABC paulista e à fundação do Partido dos Trabalhadores e da CUT.” (SERV. SOC. SOC., 1979-b).

A título de ilustração, as figuras 1 e 2 apresentam capas do periódico representantes do início (10ª ed.) e o trigésimo ano de publicação (100ª ed.).



Figura 1: Capa da Revista Serviço Social e Sociedade de 1982 (vol. 10). Reproduzida e escaneada pela própria autora do original.



Figura 2: Capa da Revista Serviço Social e Sociedade de 2009 (vol. 100)
Reproduzida e escaneada pela própria autora do livro original.

4. Coleta de dados

Optou-se por limitar o período do estudo em cinco anos, mais precisamente entre 2007 e 2011, período preliminar e posterior à lei de 2008, cuja relevância já foi anteriormente citada neste trabalho.

Inicialmente procurou-se pelos periódicos *on line*, sendo recuperados os documentos referentes aos anos de 2010 e 2011. Tornou-se necessário, para a consulta ao acervo completo dos anos anteriores, uma visita pessoal à editora (Editora Cortez, São Paulo, SP), onde foram consultados os sumários do período de interesse, sendo os artigos selecionados para estudo obtidos posteriormente em diversas fontes.

A Tabela 1 relaciona os volumes correspondentes aos cinco anos abrangidos pelo estudo, perfazendo um total de vinte volumes.

Tabela 1: Volumes da Revista Serviço Social e Sociedade publicados entre 2007 e 2011.

Ano	Volumes
2007	89, 90, 91, 92
2008	93, 94, 95, 96
2009	97, 98, 99, 100
2010	101, 102, 103, 104
2011	105, 106, 107, 108

Inicialmente foram lidos na íntegra os documentos publicados nos volumes levantados no período de pesquisa. A seguir, foram selecionados aqueles artigos, resenhas, manifestos, informativos e outros, que incluíssem

aspectos referentes aos seguintes critérios de inclusão de temas relacionados com a formação do Assistente Social, destacando-se os seguintes aspectos:

- ✓ A contextualização da profissão, sua historicidade, seu desenvolvimento e representação no cenário social brasileiro,
- ✓ O planejamento e as características do campo da prática em si, na formação curricular (estágio supervisionado, inclusive a menção à nova Lei que regulamenta o estágio),
- ✓ A produção de conhecimento na formação profissional: o ensino superior (graduação, pós-graduação), as condições de ensino, pesquisa e atuação profissional.
- ✓ Aspectos (relatos de experiência e outros) na formação dos estagiários e
- ✓ Desenvolvimento de competências de supervisão relacionadas ao estágio obrigatório.

Os documentos selecionados foram apresentados, nos Resultados e Discussão incluindo sua codificação nos Quadros elaborados, o tipo de publicação, o título e o(s) autor(es) e, quando disponíveis, os descritores (palavras-chave) e o resumo em português.

5. Análise dos dados

Os dados foram estudados por intermédio da análise de conteúdo. Conforme destaca Franco (2003,):

“A análise de conteúdo assenta-se nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem. Linguagem, aqui entendida como uma construção real de toda a sociedade e como expressão da existência humana que, em diferentes momentos históricos, elabora e desenvolve representações sociais no dinamismo interacional que se estabelece entre linguagens, pensamento e ação.” (pág. 14)

Segundo a mesma autora, o ponto de partida é a própria mensagem, valorizando-se o contexto onde ela se expressa e o que está por trás da linguagem que utiliza para expressar-se, permitindo desvendar as múltiplas mensagens implícitas no material que é explícito. São considerados os componentes cognitivos, afetivos, valorativos e historicamente presentes. Possibilita realizar uma leitura diferente daquilo que é apresentado empiricamente considerando significados diversos, de acordo com o contexto onde se expressa ou se insere. De acordo com Franco, Lucci e Infante (2011,):

“O significado de um objeto pode ser absorvido, compreendido e generalizado a partir de suas características definidoras e pelo seu corpus de significação. Já o sentido implica a atribuição de um significado pessoal e objetivado, que se concretiza na prática social e que se manifesta a partir das Representações Sociais, cognitivas, valorativas e emocionais, necessariamente contextualizadas.” (pág. 8)

A análise de conteúdo aplica-se a documentos escritos, bem como a outras modalidades de registro em mídias diversas, aplicadas, por exemplo, a entrevistas e discussões. Com o intuito de elencar eixos temáticos, (MINAYO, 1998), os textos selecionados segundo os critérios anteriormente explicitados

foram exaustivamente lidos, agrupando-se unidades temáticas, por proximidade de significados.

Com a finalidade de facilitar a sistematização do material de pesquisa, foi utilizado um roteiro de fichamento dos textos a serem analisados, dentro dos documentos selecionados (Figura 3).

Tabela 2. Roteiro de fichamento dos textos para análise

Volume, número e data	
Páginas da publicação	
Tipo de publicação	
Título	
Autor(es)	
Transcrição do texto analisado (pág.)	
Palavras-chave / indexadores	
Observações	

Os textos foram agrupados, considerando-se a metodologia citada, de agrupamento por proximidade semântica, elaborando-se categorias de análise, sujeitas, por fim, a discussão, por intermédio de um cotejamento com a literatura especializada sobre os assuntos. O relatório da pesquisa foi então redigido.

6. Aspectos éticos

O presente trabalho teve seu projeto de pesquisa submetido à aprovação do comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP e recebendo o protocolo de aprovação nº 1256/11 (Anexo 1).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando-se a opção metodológica qualitativa utilizada nesta pesquisa, os resultados serão apresentados e discutidos em conjunto, objetivando a melhor compreensão da análise do material empírico obtido.

1. Textos publicados e selecionados

Os quadros n^{os}. 1 a 5 demonstram o quantitativo de textos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade, no período compreendido pelo estudo (2007 a 2011). Na última coluna de cada quadro enumeram-se os textos selecionados para estudo, de acordo com os critérios de inclusão previamente explicitados.

Quadro 1. Documentos publicados no ano de 2007

	Nº 89	Nº 90	Nº 91	Nº 92	PUBLICADOS	SELECIONADOS / DOCUMENTOS
ARTIGOS	07	08	09	10	34	02 (D1 e D2)
ENTREVISTAS	01	-	-	-	01	-
RESENHAS	01	02	-	-	03	01 (D3)
INFORME-SE	01	02	-	-	03	-
DEPOIMENTOS	-	-	01	-	01	-
TROCANDO EM MIUDOS	-	-	01	-	01	-
POLEMICAS	-	-	-	01	01	-
HOMENAGENS	-	-	-	01	01	-
COMUNICAÇÕES EM PESQUISA	-	-	-	-	-	-

Quadro 2. Documentos publicados no ano de 2008

	Nº 93	Nº 94	Nº 95	Nº 96	PUBLICADOS	SELECIONADOS / DOCUMENTOS
ARTIGOS	08	10	09	10	37	07 (D4 a D10)
ENTREVISTAS	-	-	-	-	-	-
RESENHAS	-	-	-	-	-	-
INFORME-SE	05	-	-	02	07	01 (D11)
DEPOIMENTOS	-	-	-	-	-	-
TROCANDO EM MIUDOS	-	-	01	-	01	-
POLEMICAS	-	-	-	-	-	-
HOMENAGENS	-	-	-	-	-	-
COMUNICAÇÕES EM PESQUISA	-	-	-	-	-	-

Quadro 3. Documentos publicados no ano de 2009

	Nº 97	Nº 98	Nº 99	Nº 100	PUBLICADOS	SELECIONADOS / DOCUMENTOS
ARTIGOS	09	07	10	09	35	04 (D12 a D15)
ENTREVISTAS	-	-	-	-	-	-
RESENHAS	-	-	-	-	-	-
INFORME-SE	-	03	-	01	04	-
DEPOIMENTOS	-	-	-	-	-	-
TROCANDO EM MIUDOS	-	-	-	-	-	-
POLEMICAS	-	-	01	-	01	-
HOMENAGENS	-	-	-	-	-	-
COMUNICAÇÕES EM PESQUISA	-	-	-	-	-	-

Quadro 4. Documentos publicados no ano de 2010

	Nº 101	Nº 102	Nº 103	Nº 104	PUBLICADOS	SELECIONADOS / DOCUMENTOS
ARTIGOS	07	08	08	09	31	06 (D16 a D21)
ENTREVISTAS	-	-	-	01	01	-
RESENHAS	-	01	-	-	01	-
INFORME-SE	02	01	-	-	03	01 (D22)
DEPOIMENTOS	-	-	01	-	01	-
TROCANDO EM MIUDOS	-	-	-	-	-	-
POLEMICAS	-	-	-	-	-	-
HOMENAGENS	-	-	-	-	-	-
COMUNICAÇÕES EM PESQUISA	-	01	-	-	01	-

Quadro 5. Documentos publicados no ano de 2011

	Nº 105	Nº 106	Nº 107	Nº 108	PUBLICADOS	SELECIONADOS / DOCUMENTOS
ARTIGOS	08	08	09	10	35	05 (D23 a D27)
ENTREVISTAS	-	-	-	-	-	-
RESENHAS	01	01	02	-	04	-
INFORME-SE	02	-	-	-	02	-
DEPOIMENTOS	-	-	-	-	-	-
TROCANDO EM MIUDOS	-	-	-	-	-	-
POLEMICAS	-	-	-	-	-	-
HOMENAGENS	-	-	02	02	04	-
COMUNICAÇÕES EM PESQUISA	01	-	-	-	01	-

Uma síntese do quantitativo de documentos selecionados pelos critérios mencionados no conjunto de publicações dos anos examinados encontra-se no Quadro 6.

Quadro 6. Número de documentos selecionados para estudo publicados na Revista nos anos de 2007 a 2011.

	Nº.
Publicações da Revista (artigos, resenhas, entrevistas etc.)	212
Textos estudados, conforme os critérios de seleção	28

Como pode ser observado, 13,2% do material publicado foi utilizado no estudo. O restante refere-se a condições ambientais, grupos minoritários de risco e vulnerabilidade, bem como relatos de experiências e de iniciativas de inclusão social, dentre outros, incluindo temas políticos teóricos.

2. Textos selecionados, com relação às categorias de análise.

Os âmbitos temáticos elencados em Procedimentos Metodológicos foram aqui considerados como categorias prévias de análise, sendo estas tomadas como base para a seleção e o agrupamento dos textos selecionados, no conjunto do material empírico de dados. Como refere Minayo (1999), *“As categorias são empregadas para se estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso”* (pg.70). Foram também recortados documentos de caráter geral, que possam, entretanto, ter alguma relação com o objeto desta pesquisa.


Entretanto, as categorias foram construídas frente ao material empírico, representado pelos textos selecionados para análise. Este é, segundo a autora

acima citada, uma das características inerentes à pesquisa de base qualitativa. Vale lembrar que todos os textos selecionados contém algum material relacionado à formação, conforme explicitado nos critérios de inclusão (Procedimentos metodológicos). Deve ser ressaltado que muitas vezes um ou outro artigo poderá ser lido como integrante nesta ou naquela categoria, não sendo este um processo estanque de seleção.

Os textos são apresentados de acordo com sua identificação nos Quadros 1 a 5 (ex.: D1 refere-se ao Documento 1), incluindo-se, além do tipo de publicação (seção do periódico), o título e o(s) autor(es), bem como as palavras-chave e o resumo (estes últimos itens quando disponíveis).

A questão da ênfase na busca por documentos relacionados ao estágio como objeto de publicação (formação do estudante e atributos do supervisor) representou uma expectativa da autora, considerando as características já mencionadas do periódico.

A. A construção histórico-política da profissão e a formação do Assistente Social

 **D7 Artigo:** O S.S. brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos - Maria Carmelita Yasbek, Maria Lucia Martinelli, Raquel Raichelis.

Palavras-chave: Serviço Social, história; profissão, questão social; políticas sociais.


Resumo: O objetivo deste ensaio é apresentar algumas reflexões sobre o desenvolvimento histórico do Serviço Social no Brasil, reconstruindo marcos de sua trajetória desde a gênese até o momento atual, no sentido de contribuir para iluminar questões que se colocam hoje como desafios a serem enfrentados no debate coletivo. O texto parte do

pressuposto que o fundamento das profissões é a realidade social e, nessa direção, traça em grandes linhas a trajetória do Serviço social Brasileiro desde a emergência da profissão, na sociedade que se industrializa em meados dos anos de 1930, ao início do século XXI com suas transformações societárias. Nesse percurso, merecem destaque as expressões da questão social como “matéria prima” a justificar o espaço profissional do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, e as políticas sociais, âmbito privilegiado do exercício profissional.

Mais do que deixa entrever o resumo, o texto traz reflexões e informações históricas sobre o desenvolvimento do Serviço Social como profissão e uma análise da realidade social que permeia esta história. Situa o Serviço Social nesse contexto econômico/político e social e os desafios que lhe são postos diante da realidade como *“necessária reafirmação do projeto ético-político profissional do Serviço Social, a busca de ruptura com o histórico conservadorismo no pensamento e na ação profissional, o avanço de sua produção de conhecimento, sobretudo com o desenvolvimento da pós-graduação em Serviço Social no país, o debate sobre a formação profissional e a reforma curricular”*. No âmbito da formação, faz menção às atuais diretrizes curriculares, já anteriormente comentadas neste texto. Quanto ao exercício profissional, menciona as competências e atribuições previstas na legislação profissional em vigor e ao código de ética. Discorre sobre os novos desafios que estão surgindo, tais como *“a mercantilização e a precarização do ensino, o ensino a distância”*, dentre outros.

Partindo da realidade na qual se insere o profissional, as autoras inspiram-se (embora sem citá-lo) nos moldes pautados na escola de Knowles (1998), leitura obrigatória para o planejador da educação de adultos, sobretudo quanto a seis tópicos centrais (e, de certa forma, imbricados), cuja discussão pormenorizada extrapola os limites deste trabalho: (1) a necessidade de

aprender; (2) o autoconceito do aprendiz; (3) o papel da experiência; (4) a disposição de aprender; (5) a orientação para a aprendizagem e (6) a motivação de aprender. O artigo reforça a necessidade do profissional ter a competência em apreender a realidade em que desenvolve suas ações, tendo conhecimento subjacente da historicidade das mesmas e comprometimento com a profissão e com os sujeitos de suas intervenções; preconiza a atualização e a construção do conhecimento no cotidiano de seu trabalho.

 **D10 Artigo:** Educação superior e S.S.: o aprofundamento mercantil da formação profissional a partir de 2003 - Larissa Dahmer Pereira.

Palavras-chave: Educação superior, mercantilização, formação profissional em Serviço Social.


Resumo: O texto problematiza a transmutação da educação superior, de direito social a “serviço”, no quadro mais amplo de crise no padrão de acumulação capitalista. Em seguida, aborda a política educacional brasileira, a expansão mercantil do ensino superior, especialmente a partir dos anos 1990 e a criação – via setor privado – de cursos de Serviço Social. Por fim, é realizado um mapeamento institucional dos cursos de Serviço Social – criados a partir de 2003 – com vistas a subsidiar análises que problematizem os desafios postos à formação profissional no quadro atual de mercantilização acirrada do ensino superior brasileiro.

O texto traz uma discussão sobre o ensino superior no Brasil e mais especificamente o do Serviço Social, historiando a profissão e seu surgimento e apresentando o crescimento numérico das faculdades de Serviço Social assim como os cursos de mestrado e doutorado na área. A autora situa esta realidade no processo geral de mercantilização do ensino superior e, especificamente, do Serviço Social *“inseridos majoritariamente em Instituições de Ensino Superior privadas e não-universitárias, [sendo que] a formação profissional em tais cursos limita-se às atividades de ensino, confrontando-se*

com o perfil profissional traçado pelas Diretrizes curriculares da ABEPSS” (pág.169). Como reflete Chauí (2001, *apud* ABEPSS, 2008):

“A universidade operacional dos anos 90 difere-se das formas anteriores. De fato, enquanto a universidade clássica estava voltada pra o conhecimento, a universidade funcional estava voltada diretamente pra o mercado de trabalho, e a universidade de resultados estava voltada para as empresas; a universidade operacional, por ser uma organização, está voltada para si mesma como estrutura de gestão e de arbitragem de contratos. que aponta a diferença da universidade do século anterior com a do presente século, na estruturação, nos objetivos e na finalidade pautada nas necessidades do mercado, formando profissionais direcionados a este mercado.”


Há, portanto, que atentar para um olhar crítico do graduando quanto ao contexto de inserção profissional e a sua própria formação. A universidade tem que manter seu papel neste contexto, já que é por meio do curso, das discussões e conhecimento ali gerados que se constituirá a categoria profissional e sua evolução frente ao mercado.

 **D17 Informe-se:** Manifesto da Fundação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), do Campus Baixada Santista - Ana Rojas Acosta; Luzia Fátima Baierl; Maria Liduína de Oliveira e Silva; Maria Norma de Oliveira Braz Peixoto da Silva e Silvia Maria Tagé Thomaz.

Palavras-chave: História; Serviço Social; formação profissional; lutas sociais; resistências.

Resumo: Trata-se do Manifesto de Fundação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo/*Campus* Baixada Santista, cujo objetivo é documentar, refletir e registrar a criação e a importância do primeiro curso de Serviço Social em uma universidade pública federal, decorridos 73 anos do Serviço Social brasileiro e paulistano.

O texto documenta a importância da criação do segundo curso de Serviço Social em uma universidade pública, no momento em que ocorre a grande expansão de faculdades privadas de Serviço Social. Implantado há mais de uma década da promulgação das Diretrizes Curriculares, segue uma proposta nova de estruturação, pautado não em especificidades e na atuação isolada do profissional, mas já trazendo no currículo escolar a experiência do trabalho em equipes na perspectiva da interdisciplinaridade. Embora a experiência profissional futura perpassa todo o processo de formação, não há menção ao estágio supervisionado com identidade própria no curso.

 **D18 Artigo:** A formação profissional crítica em Serviço Social inserida na ordem do capital monopolista - Ricardo Silvestre da Silva.

Palavras-chave: Educação; Ensino Superior; Universidade; Serviço Social; Projeto ético-político; Marxismo.


Resumo: O texto que segue trata sobre as transformações que vêm ocorrendo no ensino superior brasileiro a partir da última década, e como as mesmas vêm reorganizando-o em favor dos interesses do grande capital orientado pelos organismos internacionais, que inserem a educação definitivamente na lógica lucrativa do mercado. Este quadro mais geral traz grandes desafios para o conjunto das forças políticas progressistas preocupadas em garantir a estrutura universitária pautada no ensino, pesquisa e extensão de qualidade, incluído aí o Serviço Social e seu projeto ético-político.

O texto acima também traz uma reflexão crítica sobre o ensino superior, traçando um paralelo entre a organização da política educacional com os organismos financeiros internacionais, com o apoio do Estado Nacional. Discute a transformação da universidade em negócio, mercadoria, formando indivíduos sem criticidade. Discorre sobre a tendência de formação de grandes

centros de desenvolvimento do capital e atendimento as necessidade do mercado e outras instituições de ensino empobrecidas de capacidade critica.

“Fica claro, a partir desta discussão, que a universidade no Brasil vem sofrendo, desde a década de 1990, um sistemático processo de ataques à sua dimensão pública que trata a educação como uma mercadoria, privilegiando as instituições privadas, além de investir contra o modelo universitário pautado na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.” (pág. 14).

Isto traz à discussão o próprio Serviço Social e suas dimensões técnica e teórico-metodológica também indissociáveis, de caráter interventivo na realidade social e que implica em *“uma orientação ético-política articulada a uma práxis social critica”*, portanto tendo na formação profissional a imprescindível articulação entre pensamento e atuação critica.


 **D26 Artigo:** A pós-graduação e a pesquisa no Serviço Social latino-americano: uma primeira aproximação - Carlos Montañó.

Palavras-chave: Serviço Social na América Latina; pesquisa; pós-graduação; relações internacionais.

Resumo: O artigo visa apresentar a sistematização dos dados sobre pós-graduação e pesquisa nos países hispano-americanos, a partir de documentos apresentados em dois eventos latino-americanos de pós-graduação. O objetivo é estimular a articulação, os convênios e o intercâmbio entre as unidades de ensino brasileiras e as dos demais países do subcontinente latino-americano.

Este artigo também traz uma perspectiva histórica do desenvolvimento do Serviço Social no Brasil assemelhando-o ao da América Latina, discorrendo sobre o movimento de Reconceituação e sua importância no cenário latino-americano. Num segundo momento, discorre sobre os órgãos representativos do Serviço Social no Brasil e as relações, assim como convênios, com os

demais órgãos representativos do Serviço Social no mundo através de suas associações (Alaets, Celats, Alaeits, IASW). Traz um panorama, uma sistematização de dados reflexiva sobre a situação da pós-graduação e da pesquisa nos países hispano-americanos, tendo por principal finalidade estimular a elaboração de convênios, intercâmbios e articulações entre as unidades de ensino no Brasil com os programas de pós-graduação dos restantes países latino-americanos.

 **D27 Artigo:** As entidades do Serviço Social Brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Conselho Federal de Serviço Social.

Palavras-chave: Educação superior; formação profissional; Serviço Social.

Resumo: O objetivo deste texto é trazer elementos para o debate sobre a formação profissional no contexto da contrarreforma da educação superior no Brasil e suas implicações para o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Será explicitado como se tem evidenciado a lógica quantitativa em detrimento da qualidade do ensino. Retomam-se os princípios formativos que orientam a formação profissional em Serviço Social, ressaltando as Diretrizes Gerais da ABEPSS (1996). Por fim, busca-se resgatar as lutas e estratégias de enfrentamento construídas democraticamente e incorporadas pelas entidades organizativas do Serviço Social brasileiro a fim de ampliar este debate e reafirmar a defesa do projeto profissional.

O texto apresenta a visão das associações da categoria profissional do Serviço Social CFESS/ABEPSS sobre o ensino superior no Brasil, seu desenvolvimento e diferentes formas de expressão, de forma crítica, situando em dados numéricos como se deu essa expansão. Citando fontes oficiais, afirma que o Brasil possuía, à época da publicação (2011) 2.316 instituições de ensino superior. Destas, 188 (8,0%) eram universidades e 127 (5,5%) centros

universitários. Este dado causa espécie, se considerarmos uma política que apregoa a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão, frente a um universo de 1.966 (85%) faculdades isoladas. Das universidades, 58 (30,85%) unidades situavam-se na esfera federal, 37 nas estaduais, e sete nas municipais. No setor privado incluíam-se 40% das universidades (86 unidades). Nesta realidade, o texto discute a formação do aluno frente ao aumento de instituições de ensino particulares, somando-se o ensino a distancia na redução da qualidade da educação, particularmente no Serviço Social.

O artigo aprofunda-se, na diferenciação de educação e ensino, privilegiando a primeira, por ser mais abrangente, no âmbito da formação. Discute especificamente a formação dos futuros assistentes sociais.

Afirma que:

“No caso do Serviço Social, pretende-se que o graduado seja capaz de propor projetos de intervenção profissional, mas também de se fazerem necessários em áreas que ainda não dispõem da atuação do assistente social, ampliando o mercado de trabalho. Para isso ele necessita desenvolver habilidades que começam com o debate entre os colegas, professores e profissionais. Necessita conhecer os diversos campos de atuação profissional e fazer críticas e análises”.

O texto é importante frente ao escopo do presente trabalho, uma vez que apresenta o perfil do profissional que se pretende formar, retomando um documento da ABEPS de 1996:

“(...) profissional capaz de privilegiar a defesa dos direitos sociais, a ampliação da cidadania e a consolidação da democracia, com uma competência a ser adquirida nas várias dimensões que compõem o agir profissional: teórico-prática, técnico-operativa e ético-política. Aqui, trata-se de uma competência que vai além de conhecimentos teóricos. Requer questionar valores, repensar compromissos. Para tanto, são

necessárias não apenas leituras e exercícios, mas também estar em contato com o outro, debatendo.” (pág.9)

Retomando a importância do estágio presencial contínuo e supervisionado, o documento afirma que:

“Não há estágio à distância nem supervisão. O estágio é um dos componentes curriculares privilegiados na construção da relação teoria/prática, principalmente por seu caráter presencial e pela atividade concomitante de supervisão acadêmica e de campo. Devem ser de responsabilidade da unidade formadora. São princípios do estágio, contidos na Política Nacional de Estágio (2010): articulação entre formação e exercício profissional; indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo; articulação entre universidade e sociedade; unidade teoria-prática; interdisciplinaridade e articulação entre ensino, pesquisa e extensão. (...) A política nacional de estágio da Abepss, resultado de amplo debate conduzido pela Associação e que tem como objetivo qualificar o processo de estágio supervisionado dos estudantes de Serviço Social, também orienta as unidades de formação acadêmica no que se refere à centralidade dessa disciplina nos cursos de Serviço Social e à necessidade de cumprimento das legislações em vigor sobre essa questão.”

A importância do texto pode ser aquilatada por seu fechamento:


“Todos esses documentos contribuem para a melhoria da formação profissional, pois regulamentam temas presentes no cotidiano dos profissionais e estudantes de Serviço Social. Apontam ainda para a indissociabilidade entre formação e exercício profissional.”

Em suma, os textos agrupados nesta categoria discorrem, sob o ponto de vista educacional, sobre a formação profissional, dentro de um perfil histórico-político do desenvolvimento do ensino universitário, em uma crítica sobre o sistema educacional de ensino superior, o sucateamento dos serviços educacionais, a influência do mercado e do modo de produção capitalista na


formação dos profissionais. Entretanto, ainda não foram elencadas e discutidas publicações de caráter mais reflexivo, ou até mesmo operacional, voltadas para o estágio prático na formação de graduação em Serviço Social.

B. A formação específica do estudante nos campos onde deve ocorrer o estágio obrigatório

Além de um fragmento do último documento discutido (D27), muito pouco se encontrou na Revista Serviço Social e Sociedade. Merece destaque tão somente os textos a seguir, sendo que o primeiro tem caráter mais factual e menos discursivo.

 **D11 Informe-se:** Resolução CFESS n.533, de 29 de setembro de 2008 – Ivanete Salete Boschetti.

No que diz respeito ao campo de estágio em si, ou mesmo ao estágio supervisionado como objeto, nenhum texto discorreu sobre o mesmo nestes cinco anos de publicação, nem quando foi promulgada a nova lei de estágio no ensino superior, no ano de 2008 (BRASIL, 2008). Percebe-se, portanto, que na publicação de referência da categoria profissional, não houve tão somente a transcrição do texto da própria lei, publicada como informativo (D11), sem maiores aprofundamentos, discussões e debates a respeito de um assunto que desperta grande influência na formação do aluno e do profissional, constituindo-se, portanto, em um tema privilegiado no interesse de gestores/planejadores tanto de cursos de graduação quando de serviços que oferecem estágio.

 **D8 Artigo:** ABEPSS: a perspectiva da unidade de graduação e pós-graduação e a produção do conhecimento na formação profissional - Marina Maciel Abreu.

Palavras-chave: Formação profissional do assistente social, unidade entre a graduação e a pós-graduação, produção do conhecimento.


Resumo: Neste artigo apresenta-se uma recuperação da trajetória da ABEPSS e os desafios enfrentados em sua inscrição na história recente da profissão, a partir de 1998, como organismo acadêmico-político e associação científica, na perspectiva da unidade entre a graduação e a pós-graduação, em que a pesquisa e a produção do conhecimento constituem eixos articuladores do desenvolvimento acadêmico-teórico do Serviço Social. Desenvolve-se uma síntese do projeto acadêmico-político da entidade tendo em vista uma formação profissional crítica, qualificada, sustentada na resistência, orientada pelo ideário da emancipação humana e pela defesa dos direitos dos trabalhadores, mas implica uma luta permanente com as forças do retrocesso.

Este artigo versa sobre a organização da ABEPSS, seus fundamentos e princípios, e sua participação na articulação com a defesa do conhecimento e no desenvolvimento da pesquisa na área do Serviço Social. Um tópico de grande interesse emerge, relacionado com a articulação da graduação com a pós-graduação e a pesquisa. Silva, e Kuenzer (1999) discutem a atualidade do tema da inserção social da Universidade em seu *“tecido social oligárquico, autoritário e violento”* e buscando sua intervenção crítica e modificadora, apresentam a proposta do ensino segundo núcleos temáticos, adotado pela Universidade Federal do Paraná, que perpassaria as três atribuições indissociáveis das Instituições. Este pode ser um modelo aplicável igualmente à área do Serviço Social, em particular se considerarmos que o estágio supervisionado é, ao mesmo tempo, ensino e serviços para os usuários, podendo também ser objeto do desenvolvimento de pesquisas. A este aspecto podemos acrescentar o fato de que o SUS (ao qual se encontram vinculados os serviços onde ocorrem estágios e particularmente o espaço de atuação da

pesquisadora deste trabalho) é, legalmente, direcionador da formação tanto de recursos humanos quanto da geração de novos conhecimentos (BRASIL, 1990). É, portanto, um dos fundamentos da ABEPSS (2008) *“propor e coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social que associe organicamente ensino, pesquisa e extensão e articule a graduação com a pós-graduação (...) propor e coordenar processos contínuos e sistemáticos de avaliação da formação profissional nos níveis de Graduação e Pós-graduação”*. Trata-se de uma entidade com papel relevante no desenvolvimento do Serviço Social enquanto profissão e no estágio supervisionado como elemento diferenciado na formação do profissional a ser qualificado.

C. O desenvolvimento de competências para o exercício profissional do Assistente Social

A diferença entre o material inserido neste eixo de proximidade temática e o anterior relaciona-se à menor ênfase conferida aqui com relação ao processo de formação, estando valorizado o trabalho cotidiano do profissional.


 **D19 Artigo:** Para quê, para quem, como? Alguns desafios do cotidiano da pesquisa em Serviço Social - Carlos Antônio de Souza Moraes; Denise Chrysóstomo de Moura Juncá; Katarine de Sá Santos.C

Palavras-chave: Pesquisa; exercício profissional; Serviço Social.

Resumo: Para quê, para quem e como pesquisamos? Estas são as indagações centrais deste artigo. Seu objetivo é discutir alguns desafios que transitam no cotidiano da pesquisa, bem como apresentar algumas ferramentas que propomos para a condução de tal processo, no contexto da formação profissional em Serviço Social. Defendemos o reconhecimento do exercício da pesquisa como estratégia de conhecimento e ação e, portanto, como dimensão constitutiva do

trabalho do assistente social, ressaltando que tão importantes quanto às descobertas no campo do saber, são as estratégias de intervenção social a elas articuladas.

Discorre sobre a importância da pesquisa no cotidiano, não somente restrita aos centros de ensino/universidades “(...) *partindo da premissa de que a atitude investigativa é uma dimensão inseparável do processo de formação profissional e do cotidiano do Serviço Social.*” (pág.13). Ao mesmo tempo, questiona a contemporaneidade de nossas ações e pensamentos presos na rotina, sem conseguir desvendar outras tramas neste cotidiano. Aconselha-nos a enxergar o dia-a-dia com outro olhar mais apurado. Também indica um roteiro de trabalho com pesquisa com alunos ou mesmo a ser aplicado no cotidiano de trabalho do assistente social e argumenta a importância de introduzir os alunos de graduação no processo de debate sobre a construção de conhecimentos, envolvendo, inclusive exercícios preliminares de pesquisa, em todos os cenários de aprendizagem (sala de aula, situações relacionadas ao estágio supervisionado ou trabalhos finais de curso).

 **D5 Artigo:** Competências profissionais do(a) assistente social do SESI a partir dos anos 90: novos desafios - Maria Figueiredo de Araújo Reis.C

Palavras-chave: Competências; assistente social; reestruturação produtiva; qualificação profissional; desqualificação profissional, SESI.


Resumo: Este artigo apresenta o resultado de uma pesquisa sobre a construção/reconstrução das competências profissionais do (a) assistente social diante da gestão do SESI, Rio Grande do Norte, a partir dos anos 90. Revela várias mudanças na gestão desta organização institucional diante da reestruturação produtiva no Brasil, nas competências exigidas dos (as) assistentes sociais e os novos desafios diante da realidade do SESI que ingressa o(a) profissional num processo contraditório de qualificação e desqualificação profissional.

O artigo em questão vem discutir as competências do assistente social em uma instituição ligada à indústria – SESI e que, portanto, está sujeita, em sua gestão, às modificações resultantes do movimento econômico da sociedade, que por conseguinte se reflete na prática do profissional que ali atua. Inicia fazendo uma retrospectiva histórica do modo de produção assinalando as mudanças baseadas em indicadores tais como *“a mudança do paradigma taylorista/fordista, a transformação social das empresas, a emergência de um novo modelo de trabalhador e a transformação o trabalho em termos de concepção e realização”*, incorporando a prática organizacional o conceito de competência no gerenciamento de pessoas e de administração, discutindo que novas estratégias são realizadas pelas organizações no intuito de uma adequação ao novo panorama político e econômico dos anos 1980 e 1990.

Ao referir sobre Competência aqui esta é entendida como capacidade para agir diante de situações previstas e imprevistas no ambiente de trabalho em determinado contexto sócio-histórico. Estas competências do assistente social são modificadas mediante a própria mudança dinâmica do modelo gerencial da instituição e da realidade político-econômica mundial, buscando *“acompanhar o desenvolvimento da sociedade numa práxis crítica e transformadora”*. Neste aspecto, alinha-se com Mussak (2003), ao referir que *“(...) vivemos num mundo cujas competências são condicionadas pela chamada ‘sociedade do conhecimento’”*. No momento atual, não são mais exigidas simples competências, mas sim uma profusão delas que se modificam e se enumeram de forma vertiginosa, como bem complementa este último autor, ao classificá-las em metacompetências:

“Considerada em termos operacionais práticos, a metacompetência pode ser definida como a colaboração entre competências, equação em que uma ou mais competências essenciais para a realização de um trabalho recebem a colaboração de outras competências, chamadas transversais.” (pág.56)

É neste universo de constantes transformações, acompanhando a realidade e as mudanças que nela ocorrem que a atuação do Serviço Social nos diferentes espaços vai também criando novas demandas de trabalho, novas competências sem, no entanto perder de vista a criticidade. Nas palavras de Yamamoto (2002), o assistente social deve *“(...) ultrapassar a perplexidade e apropriar-se dos novos espaços profissionais, orientando a atuação segundo os princípios ético-políticos da profissão”* (pág.41).

 **D2 Artigo:** O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional - Yolanda Guerra

Palavras-chave: Projeto profissional crítico, possibilidade, efetividade.

Resumo: A categoria profissional vem tentando discutir a seguinte questão: por que meios e ou mediações torna-se possível ao assistente social objetivar suas intenções em ações profissionais qualificadas técnica e politicamente? O texto que ora se apresenta pretende indicar o âmbito da possibilidade e da efetividade do projeto profissional crítico para o exercício profissional não apenas competente, mas comprometido com o enfrentamento da barbárie do capitalismo.


A autora em questão versa sobre a competência profissional do assistente social inserida dentro de um projeto profissional crítico, cuja intervenção está comprometida com os valores éticos buscando:

“(.) a possibilidade de construção permanente de perfis profissionais, dentre eles o do profissional que conhece suas competências e imprime qualidade técnica às suas ações com uma direção crítica clara e consciente”.(pág.9)

Os valores éticos assumidos com a adoção de um projeto profissional constituem-se na mediação fundamental entre competência e compromisso. Reforça-se, assim, a necessidade do assistente social estar sempre observando e questionando a realidade onde se insere assim como as suas concepções teóricas e práticas, atualizando-se, desenvolvendo-se, acompanhando os novos movimentos societários, com visão de criticidade desta mesma realidade e de sua atuação cotidiana, assim como dos sujeitos de sua ação de intervenção colocando.

“Estamos aptos a desenvolver novas competências no âmbito do mercado de trabalho, ocupando novos e tradicionais espaços profissionais..., questionando critérios de elegibilidade que são focalistas, que tratam direitos como privilégios, ampliando o quanto possível esses critérios, visando a sua universalização..., democratizando o acesso pela via da informação..., pesquisando e conhecendo os sujeitos que demandam as ações profissionais... conquistando legitimidade por parte dos sujeitos que se utilizam dos serviços que executamos e/ou planejamos, estabelecendo compromisso com as denúncias e efetivando o trabalho de organização popular. A nosso ver só assim é possível falar em competência profissional.” (pág.31)

Esta colocação da autora reforça a visão de outros autores (EPSTEIN e HUNDERT, IAMAMOTO, SANTOS, ZARIFIAN) sobre as diversas dimensões da competência (técnica, integrativa, relacional, afetiva, cognitiva, contextual, afetivo/moral, hábitos mentais) que devem ser consideradas na formação e na prática do assistente social que, sendo um profissional que trabalha com e na realidade social, com uma visão ampliada e de totalidade, necessita estar atento a desenvolver esta capacidade de trabalhar todas estas dimensões em si mesmo e também empenhar-se em emergi-las em seus alunos, em seus companheiros de trabalho e os sujeitos de sua ação/atuação.

 **D13 Artigo:** A prática do S.S. no plantão: limites e desafios para a efetivação de direitos - Josy Ramos de Oliveira Amador.

Palavras-chave: Plantão; Serviço social; projeto ético-político.

Resumo: O presente artigo busca analisar o espaço do plantão de Serviço Social, no âmbito da Seguridade Social tendo como referência o projeto Ético-Político profissional, expresso no Código de Ética profissional, na LEI que regulamenta a profissão, bem como nas diretrizes curriculares da Abepss. Constitui parte da dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ/RJ, que analisou o plantão como um espaço de atuação desafiante para os profissionais comprometidos com a construção de práticas democráticas e coletivas de atendimento às demandas dos usuários. Assim, faremos uma análise do plantão buscando verificar se os assistentes sociais que atuam no âmbito da Seguridade Social utilizam o referencial teórico crítico-dialético presente na produção do Serviço Social para pensar alternativas no espaço cotidiano do plantão, buscando o desenvolvimento de práticas coletivas, e não apenas individualistas, no atendimento às demandas.

O texto faz uma reflexão crítica sobre o cotidiano da prática profissional do assistente social em uma unidade de seguridade social atuando num plantão, levantando os fatores, perspectivas críticas e propositivas da atuação profissional.


“(...) a clareza acerca dos princípios e diretrizes que tecem o Projeto Ético-político do Serviço Social nos leva a uma análise crítica da prática profissional no âmbito do plantão, não podendo este ser considerado apenas um espaço emergencial de atendimento das demandas da população usuária.”
(pág.141)

Discorre sobre a prática interventiva crítica que busca desvendar e rever a realidade cotidiana.

“No momento em que o assistente social realiza os atendimentos, este ato é perpassado e influenciado por uma série de questões que, aparentemente, não são evidenciadas no cotidiano da ação profissional; quando não, são muitas

vezes banalizada na rotina institucional, não se tornando objeto de reflexão permanente.” (pág.125)

É necessário, portanto que, seja neste artigo que aqui relata um locus da prática, como em outros espaços, que o profissional esteja atento para, como diz Yamamoto, ter competência teórico-metodológica para ler a realidade e atribuir visibilidade aos fios que integram o singular no coletivo, quanto à incorporação da pesquisa e do conhecimento do modo de vida, de trabalho e expressões culturais dos sujeitos, além da sensibilidade e da vontade política que movem a ação, desta forma construindo e mantendo um profissional propositivo.

 **D15 Artigo:** A atitude investigativa no trabalho do assistente social - Cristina Kologeski Fraga.

Palavras-chave: Atitude investigativa; pesquisa; intervenção; interdisciplinaridade.

Resumo: O artigo trata da atitude investigativa no trabalho do assistente social - AS. Para tanto, discorre sobre os componentes do trabalho do AS, dando visibilidade às suas competências e especificidades. Na sequência, discute a atitude investigativa no exercício profissional. Propõe que, além da articulação entre investigação/ação no cotidiano de trabalho, torna-se fundamental uma atitude interdisciplinar. Finalmente, sugere o trabalho do assistente social envolto numa equação tensionada pelo pragmatismo - atitude investigativa, mediada pela intervenção, que só adquire alcance social quando pautada pela interdisciplinaridade.

A autora em questão aponta a relevância da atitude de investigação da realidade de trabalho do assistente social, enfatizando ser esta o fomento básico do exercício profissional para uma prática interventiva consciente, emancipatória e de garantia do respeito e dos direitos dos sujeitos de sua intervenção.

“Parte-se da premissa de que o exercício profissional do assistente social exige uma atitude investigativa constante para que não se torne meramente pragmática, sem intencionalidade e clareza de finalidade.” (pág.2)

Situa o movimento histórico do desenvolvimento da profissão e faz considerações sobre este processo:

“(...) atualmente, além de ser uma profissão, o Serviço Social é considerado trabalho” (pág.3)

Ao afirmar ser o Serviço Social uma profissão investigativa e interventiva, propõe a construção de estratégias para o enfrentamento das questões que se apresentam em sua realidade, sugerindo algumas ações que propiciem a apreensão do movimento contraditório da realidade, quais sejam:

“a) pesquisar dados da realidade quantitativos porque esta abordagem possibilita melhor retratar a realidade, dimensionando os problemas investigados, b) investigar sobre as informações qualitativas da realidade, ao fazê-lo investigador e investigado interagem e propiciam trabalhar com o processo, o movimento da realidade em toda sua plenitude, c) desvendar e problematizar a realidade social e d) intervir na realidade social com base na apreensão do movimento contraditório do real, a partir do seu desvendamento e problematização, e também de pesquisas sobre dados da realidade dos sujeitos.” (pág.4)

“O que seria, então, a propalada atitude investigativa? Remete a uma postura aberta do sujeito para investigar, a permanente curiosidade, expectativa para aprender e entender o inesperado, o acaso, o que extrapola suas referências e o leva a ir além. A atitude investigativa consiste numa postura inquieta e curiosa, por isso é fundamental na bagagem cotidiana do profissional... Além disso, no exercício profissional do AS, a atitude investigativa desmistifica o fato de que só fazem ciência ou só agem cientificamente aqueles que têm o privilégio de construir o saber, ou seja, os assistentes sociais que estão inseridos nas academias como docentes e pesquisadores, uma vez que tal atitude propicia desvendar pelas mediações, a realidade aparente.” (pág.8)

Neste sentido, a autora valoriza a atitude investigativa no cotidiano da prática do A.S., inserido no movimento do real, buscando desvendar e transformar a realidade por meio desse processo de investigação e intervenção que se articulam constantemente, propondo a seguinte equação: postura investigativa + intervenção profissional + interdisciplinaridade = ação profissional com alcance social. (pág.13)

 **D24 Artigo:** O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos - Maria Lúcia Martinelli.

Palavras-chave: Serviço Social; Saúde; trabalho profissional; ética.

Resumo: Considerando os desafios que se colocam cotidianamente para o assistente social que atua na área da saúde, especialmente em contextos hospitalares, no atendimento direto aos usuários, trato neste artigo das dimensões éticas que estão presentes em seu trabalho e que são constitutivas da identidade da profissão, expressando-se em diferentes níveis desde a ética dos cuidados até a ética militante e de proteção social. Finalizo indicando a importância da pesquisa para qualificar o conhecimento e a própria intervenção profissional.

A autora discorre sobre a identidade profissional do assistente social, enfatizando as dimensões éticas, juntamente com as técnico-operativas e teórico-metodológicas nas expressões da *práxis* humana. Discorre especificamente sobre estas dimensões na Área da Saúde, e a questão da humanização da prática profissional nesta área, por entendê-la como tal:

“(...) em que pulsam valores humanos candentes e onde trabalhamos com a vida em suas múltiplas manifestações, desde o nascimento, passando pela infância, juventude, vida adulta, processo de envelhecimento até a finitude.” (pág.3)

Menciona a importância de refletir, pesquisar, investigar e interagir na realidade, ao tentar desvendar as tramas do cotidiano.


“O alcance do olhar do profissional eticamente comprometido transcende os muros do hospital, buscando os núcleos de apoio na família, na comunidade, lugares sociais de pertencimento onde se dá o cotidiano de vida das pessoas. É na cotidianidade da vida que a história se faz, é aí que se forjam vulnerabilidades e riscos, mas se forjam também formas de superação.” (pág.5)

Aponta também a relevância da sistematização das ações e a construção do conhecimento para qualificar a intervenção indicando a produção teórica por meio da pesquisa como

“(...) condição indispensável para subsidiar a construção de saberes comprometidos com a qualidade do exercício profissional” (pág.5)

Esta pesquisa que busca qualificar o conhecimento para qualificar a intervenção exige: realizar a pesquisa a partir da realidade, construí-la desde o lugar da experiência, trabalhar a partir de uma proximidade crítica com os sujeitos, ter sempre no horizonte o valor social do conhecimento produzido, seu retorno ao campo da intervenção e aos sujeitos que dele partilham, intercambiar experiências, dialogar pela via interdisciplinar, para ser criativo na construção do conhecimento, ancorar esse modo de produzir conhecimento nas próprias vivências, na experiência social cotidiana, dando-lhe visibilidade e transformando o *“conhecimento silencioso” em conhecimento partilhado* (Polanyi, 1983), *por meio de sua socialização...*” (pág.5).

Enfim, a autora privilegia o campo do cotidiano da prática, da intervenção como espaço também de construção de conhecimento por meio da pesquisa, e a disseminação e socialização deste conhecimento com todos: sujeitos da intervenção, parceiros de trabalho, aqueles que partilham suas vivências e suas histórias.

 **D20 Artigo:** Serviço Social e o campo da saúde: para além de plantões e encaminhamentos - Francis Sodré.

Palavras-chave: Serviço Social; processo de Trabalho; Saúde Pública; Saúde Coletiva.

Resumo: Trata-se de um artigo que visa analisar a política de saúde e o trabalho do assistente social a partir de dois momentos distintos das formas de gestão do trabalho: o modelo fordista e o modelo de acumulação flexível. Esses dois eixos de análise serão discutidos aplicados ao campo da saúde e à inserção do trabalho do assistente social na saúde. Os dois eixos foram escolhidos para apontar um exame sobre tendências dos determinantes sociais à saúde pública e ao processo de trabalho do assistente social neste campo.

O texto traz uma análise da autora do trabalho do Serviço Social na saúde, comparando-o ao sistema de produção industrial que percorre sua trajetória principalmente a prática nos grandes hospitais e frente à política e gestão da saúde no Brasil.

“A necessidade de escrever sobre o trabalho do assistente social no campo da saúde traz desafios recorrentes desde a inserção do profissional de Serviço Social nesta área de atuação. Temos há muito tempo acúmulo nas discussões produzidas para a saúde pública através das ferramentas que o Serviço social, juntamente com outros profissionais, desenvolveu e aprimorou ao longo da reforma sanitária e da implantação do Sistema Único de saúde (SUS), tornando-as coletivas”. (pág.2)

Faz também uma retrospectiva histórica da inserção do serviço Social na saúde

“No Brasil, o Serviço Social demarcou sua entrada no campo da saúde pública pelo viés dos trabalhos com comunidade, por meio de práticas educativas sobre procedimentos de higiene aplicados à vida privada, incentivando o controle de natalidade, o controle de doenças infantis, de higiene bucal, de saneamento para a criação das primeiras políticas urbanas de saúde, muitas vezes realizado por meio de um trabalho

educativo baseado em proporcionar acesso à informação sobre o próprio corpo e higiene do mesmo.” (pág.3)

Acrescenta uma visão crítica à atuação mecanicista e alienada dos profissionais que reproduzem o sistema industrial de produção:


“O fordismo modernizador proporcionou ao campo da saúde uma formação maciça de profissionais que tratam a vida como parte contida em um todo. A estrutura administrativa centralizada do grande hospital, proporcionou a criação de um modelo de saúde-fábrica.” (pág.10)

Apresenta também as novas configurações e desafios que a profissão vem demarcando na área da saúde:

“A contribuição do Serviço social a este momento histórico é distante de padrões fordistas de produção na gestão do seu trabalho, mas claramente pautada pela sua primazia: produção de informação qualificada na era da produção do acesso. Proporcionar o ter direito aos direitos e, assim, concretizar a democracia.” (pág.13)

A exemplo da categoria anteriormente discutida (item B), o periódico não publica textos versando especificamente sobre a competência para a atuação (como supervisor) no momento curricular especificamente voltado para o estágio obrigatório, no âmbito dos Serviços ligados ou não a Instituições de Ensino Superior.

D. Outros textos relacionados à atuação profissional do Assistente Social

 **D21 Artigo:** A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância - Yolanda Guerra.

Palavras-chave: Demandas do capital; Configurações do ensino; Mercado de trabalho; Perfil profissional.

Resumo: A crise atual do capital, com suas novas e antigas determinações, impõe metamorfoses ao mundo do trabalho, o que exige um perfil de profissional funcional a essa etapa do capitalismo. Parto da hipótese de que as atuais configurações do ensino respondem às exigências da atual fase do capitalismo e se orienta pelas demandas do mercado de trabalho. Nesta direção, a formação profissional tem um duplo desafio: desvelar e enfrentar a crise do capital e nela as diversas formas de precarização das relações e condições de trabalho, flexibilização dos direitos e focalização das políticas sociais, que, como parte da mesma racionalidade, se expressam e condicionam exercício e formação profissionais.

O presente texto faz uma avaliação crítica do ensino e a formação profissional, situando principalmente as condições em que se dá o trabalho do assistente social. Faz uma crítica ao perfil do trabalhador em geral e do recém-ingressante no mercado de trabalho:


“O trabalhador deve portar as seguintes características: ser desespecializado, desregulamentado, polivalente e multifuncional. É chamado a desenvolver várias competências e habilidades voltadas ao mercado, portador de valores individualistas e imediatistas, a partir dos quais vale o ter (neste caso, o certificado) em detrimento do ser (neste caso, um profissional qualificado), de formação aligeirada, mas que lhe garanta competitividade e capacidade de se adaptar a esses novos e difíceis tempos.” (pág.5).

Discorre sobre o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais (REUNI), sobre a expansão das IFEs e o SINAES. Faz uma crítica a forma como são feitas as avaliações dos cursos e dos profissionais: *“Cada vez mais a avaliação é equalizada, burocratizada, uniformizada, descaracterizada, suprimindo as diferenças entre as áreas.”* (pág.8).

Vê como positiva a atuação dos órgãos de classe como o CFESS e ABEPSS:

“No campo das condições de trabalho, não é casual que as entidades da categoria tenham investido, com muito sucesso, na defesa das condições éticas e técnicas, da qual a supervisão é parte integrante e na definição de uma política nacional de estágio/supervisão. Estas foram as conquistas mais importantes nos últimos anos.” (pág.9)


Finaliza reafirmando a importância de que *“A dimensão investigativa tem que ser assumida como uma competência profissional e a pesquisa como indispensável à consolidação da área como produtora de conhecimento que tenha uma relevância social.”* (pág.9).

 **D22 Artigo:** Configurações do ensino superior e a formação profissional dos assistentes sociais: desafios para a intervenção - Isaura Isoldi de Mello Castanho e Oliveira

Palavras-chave: Formação profissional; caminhos do fazer; habilitação técnico operativa.

Resumo: O tema central que orientou a palestra é o desafio docente de, frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino superior público, privado e à distância formar profissionais assistentes sociais capazes de dar materialidade ao projeto ético político da profissão no cotidiano de seu trabalho.

O presente artigo inicia discorrendo sobre a formação profissional e suas direções, questionando a seguir o papel do assistente social e sua formação: *“Discutir a formação profissional – presencial sempre – significa discutir e ensinar os caminhos do fazer.”* Faz reflexões sobre o ensino, a prática, a relação ensino-aprendizagem na academia, no campo da prática, no cotidiano do exercício profissional, na relação com os sujeitos de sua atuação, finalizando que *“A formação profissional – presencial, rigorosa, sem qualquer aligeiramento, não mercantilista, sem concessões ao consumo e à privatização do conhecimento – é o único caminho de concretude ao projeto ético político da categoria dos assistentes sociais”* (pág.6). Como se observa, a autora mostra-se ferrenhamente contrária ao ensino à distância...


 **D23 Artigo:** A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contra-reformas do ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula - Juliana Fiúza Crislaghi.D

Palavras-chave: Formação profissional; Serviço Social; Contrarreforma universitária; Programa Reuni.

Resumo: Desde 1990, as universidades brasileiras vêm passando por uma contrarreforma que visa adequá-las às necessidades do capitalismo atual. Essa realidade mais recentemente tem afetado as universidades públicas por meio de mudanças curriculares, superexploração do trabalho docente e financiamento por contratos de gestão, o que impacta negativamente a formação dos assistentes sociais, da forma como é preconizada pelo projeto ético-político profissional.

O artigo reafirma a importância da formação dos assistentes sociais, que se configura como o eixo fundamental do projeto ético-político profissional que vem sendo construído. Discorre sobre a ampliação dos cursos de pós-graduação e da pesquisa na área, no âmbito da contrarreforma. Levanta também outros fatos ocorridos no ensino superior na América Latina por terem

processo semelhante, como a massificação hegemônica no setor público (décadas de 1960 e 1980) e a privatização (iniciada na década de 1970 e com maior folego na década de 1990). Discute as contrarreformas e seu impacto no Serviço Social, e as questões do ensino privado, fazendo uma discussão crítica disto tudo nos governos anteriores e no governo Lula.

 **D6 Artigo:** Exame de proeficiência; uma estratégia inócua – Ivanete Boschetti.

Palavras-chave: Serviço Social, exame de proficiência, educação, ensino superior.


Resumo: Vivemos um período de expansão desmensurada de cursos de graduação presenciais e à distância, o que coloca em risco a formação de qualidade e a necessária preparação do profissional para exercício do trabalho com competência ética, teórica e política. O exame de proficiência é defendido por muitos como uma estratégia de enfrentamento que poderia provocar a melhoria na formação e no exercício profissional. Nesse texto, refletimos criticamente sobre essa possibilidade, apresentando alguns argumentos contrários à sua realização no âmbito do Serviço Social brasileiro e apontando que o mesmo não é só inócua, como possui efeitos perversos.

O presente artigo versa sobre a discussão sobre o exame de proficiência para o Serviço Social (nos moldes do exame da OAB, por exemplo).

“Na perspectiva das diretrizes curriculares da ABEPSS, a formação deve garantir as competências teóricas, éticas e técnicas. Os conteúdos da formação profissional devem abordar dimensões complexas e diversificadas. Entendemos que a qualidade do exercício profissional passa pela apropriação dessas diferentes dimensões pelo profissional, que só poderá exercê-las no cotidiano se lhe forem asseguradas as condições adequadas para o exercício profissional. Nesse sentido, um exame de proeficiência pode, no máximo, avaliar parcialmente os conteúdos aprendidos durante o período de permanência na formação universitária regular.” (pág.12)

A autora inicia seu artigo discutindo a contrarreforma no ensino superior e suas implicações para o Serviço Social. Defende que o exame de proeficiência pode ser uma estratégia de luta para influir na qualidade da formação e/ou restringir a proliferação desordenada dos cursos á distancia.. Discorre também sobre o papel dos Conselhos na formação profissional e na regulação do exercício da profissão, as questões políticas, legais e operacionais que envolvem a implantação do exame e conclui que tal exame “*nos joga para a lógica da seletividade, do credencialismo e do filtro.*” (pág.19)

Na verdade o exame de proeficiência aqui discutido e sua instauração como existe em outras profissões (Ex. o exame da Ordem dos Advogados do Brasil- OAB) não garante a qualidade da categoria profissional. A formação e o processo com que ele ocorre, tem, sim, um papel relevante na qualidade da intervenção profissional. São o ensino acessível e de qualidade, a educação, a discussão, a reflexão, a *práxis*, o estagio qualificado que induzem a melhor qualificação profissional.

 **D9 Artigo:** Pesquisa em serviço social: reflexões sobre os desafios para a formação e atuação profissional - Andréia Branco Simão e Robson S. Reis Souza


Palavras-chave: metodologia de pesquisa em Serviço Social, métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa, formação profissional.

Resumo: Este texto apresenta uma breve reflexão sobre a importância da pesquisa no Serviço social. Demonstra, a partir de dois exemplos, a viabilidade de se pesquisar usando solidariamente as metodologias quantitativa e qualitativa, sendo que ambas podem gerar resultados relevantes sobre a realidade social, não havendo necessidade de se atribuir prioridade de uma sobre a outra. Conclui defendendo que a percepção da relevância do ato de pesquisar e das possibilidades e limites impostos por metodologias de natureza distintas coloca um novo desafio ao Serviço social: o de repensar na formação de seus profissionais.

O artigo discorre sobre a importância do investimento em pesquisa para o Serviço Social e o uso das diferentes abordagens; quantitativa e qualitativa, da importância desta também têm lugar potencial no campo de estágio, como coloca a autora.

“()os estágios tem se transformado em campos para o desenvolvimento não só da prática profissional, mas também de inúmeros ensaios teórico-exploratórios (pesquisas realizadas no campo de trabalho) e, finalmente os trabalhos de conclusão de curso(TCC) tentam articular teoria e prática a partir do conhecimento produzido pelas disciplinas de metodologia de pesquisa e a (re)significação ou problematização da prática, a partir das experiências nos estágios.” (pág.113)

O texto discute as diferentes abordagens de pesquisa e sua contribuição para o Serviço Social, relatando a experiência de dois diferentes centros de pesquisa no uso destas metodologias. Finalmente, inclui a necessidade de se formarem profissionais preparados para utilizar vários mecanismos e ferramentas teóricas que facilitem a elaboração de ações interventivas qualificadas.

 **D14 Artigo:** Serviço Social, direitos e prática profissional - Eunice Teresinha Fávero

Palavras- chave: Serviço Social. Direitos. Prática profissional.


Resumo: Apresentam-se aqui algumas reflexões em torno de desafios da efetivação da prática profissional no cotidiano, pautada pela democracia, pelos direitos humanos e pela justiça social, com base em um recorte do trabalho do assistente social no Judiciário. Desafios hoje acentuados pela precarização das políticas sociais, num tempo de crise econômica mundial.

A autora discute a importância de estarmos atentos à reflexão de nossa intervenção no cotidiano de trabalho, evitando realizar uma prática mecanicista.

“Como instituir práticas cotidianas pautadas na competência ética, política, teórica e técnica? Isto é, práticas que privilegiam a voz e a participação dos sujeitos na condução de sua história? Práticas que privilegiam a dimensão investigativa da nossa ação?” (pág.436)

Exemplifica, com relatos de experiências do seu dia a dia de trabalho, a participação junto aos sujeitos de sua prática da interpretação e consideração da realidade, do respeito à história vivida por esses sujeitos, da capacitação teórica e técnica do Assistente Social, de sua criticidade e do questionamento de seu cotidiano:

“Ou seja, estabelecermos cada vez mais o diálogo teórico-prático, em um processo contínuo de investigação, de planejamento da ação e de execução da prática, privilegiando sua dimensão coletiva. E isso não se dá sem estudo, sem discussões técnicas, sem valorização das dimensões teórica e ético-política da ação cotidiana”. (pág.442)

 **D1 Resenha:** Serviço social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil – Cristiano Guedes.

Palavras-chave: não contem.

Resumo: não contém.

A presente resenha apresenta uma análise do livro “Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil”, sob a organização e co-autoria das pesquisadoras Denise Bomtempo e Maria Ozanira, afirmando que. *“as autoras destacam a importância do Serviço Social investir na indexação dos periódicos”*. É sugerida a criação de uma Revista Nacional dos Programas de Pós-graduação que seja indexada e apresentando o exemplo da Revista

Serviço Social e Sociedade, um periódico clássico do Serviço Social brasileiro que tem envidado esforços no sentido de se tornar e manter indexado.

O livro apresenta um quadro analítico da pesquisa em Serviço Social e o papel que agências como a Capes e o CNPq desempenham, no sentido de analisar os rumos da pós-graduação brasileira e traçar diretrizes que possibilitem avançar na produção do conhecimento.


 **D3 Artigo:** Desafios do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo - Maria Beatriz Costa Abramides.

Palavras-chave: projeto ético político profissional; processo de ruptura com o conservadorismo; direção sociopolítica.

Resumo: O artigo refere-se aos desafios postos ao Projeto Profissional do Serviço Social Brasileiro nos marcos do processo de ruptura com o conservadorismo, na primeira quadra do século do XXI. As respostas do capital à sua própria crise estrutural, no mundo do trabalho, na esfera do estado e no âmbito da cultura têm atingido brutalmente a classe que vive do seu trabalho, destruindo direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados. As expressões desta crise na conjuntura brasileira se acentuam com a consolidação do neoliberalismo no Brasil nos dois mandatos de FHC e de sua continuidade no governo Lula da Silva. Novos e complexos desafios se apresentam na perspectiva de reafirmar a direção sociopolítica do projeto profissional e de sua autonomia face a qualquer governo, tal qual o conquistamos nos últimos trinta anos.

A autora apresenta neste artigo alguns dos desafios a serem enfrentados pela profissão e pelo profissional, no âmbito de sua formação e do exercício profissional no momento atual. Discute a mercantilização do ensino superior e algumas facetas do regime capitalista, do neoliberalismo e suas implicações na construção e direção do projeto político profissional. Posiciona-se contrariamente ao ensino a distancia na graduação, aos cursos sequenciais

(de curta duração), e defende a concepção de um ensino universal, de qualidade, socialmente referenciado, de forma organizada e coletiva.

 **D4 Artigo:** O S.S. como trabalho; alguns apontamentos sobre o debate - Nailsa Maria Souza Araújo.

Palavras-chave: Reforma curricular, Serviço Social, trabalho, processo de trabalho, complexos ideológicos.

Resumo: O trabalho contém uma explanação cujo sentido é esboçar uma sistematização acerca de um dos elementos novos da proposta curricular em voga desde 96: trata-se da acepção do serviço Social como trabalho e de sua pratica inserida em processos de trabalho. Realizei um apanhado daquelas produções mais significativas que até então tomaram parte no debate e na polemica sobre esta acepção, e procurei expor suas nuances, seus objetivos e destacar os elementos de contraposição ou polemica que o debate produziu nos últimos anos.

A autora busca realizar neste artigo um esforço de sistematização do debate corrente no Serviço Social de 1990, quando do processo de revisão curricular que culminou nas “Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social” buscando destacar a composição do projeto pedagógico ali exposto:

“Ao mergulhar em um processo de revisão curricular apenas uma década após a implantação da proposta em vigor (o currículo de 1982), o Serviço Social partiu em busca do rompimento com um conjunto de questões problemáticas que foram construídas no curso de sua história no Brasil.” (pág.7)

O novo projeto de formação profissional busca reafirmar a concepção do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, tornando o eixo desta formação, na nova proposta, o objeto sobre o qual vai localizar-se o trabalho interventivo do Assistente social, que é a ‘Questão social’, em suas múltiplas manifestações, compondo, portanto, o novo currículo três núcleos de fundamentação, a saber:

“1) Núcleo de Fundamentos Teórico- Metodológicos; 2) De Fundamentos da Formação Sócio- histórica Brasileira; 3) De Fundamentos do Trabalho Profissional.” (pág.9)

A autora também discorre sobre a influência da teoria marxista na construção de seus núcleos, situando o Serviço Social como *“atividade inscrita na divisão social do trabalho”*, como explica a autora:

“(..) o exercício profissional dos assistentes sociais organizar-se-á segundo os pressupostos das Diretrizes Curriculares, a partir dos elementos constitutivos do processo de trabalho que, segundo Marx, são: o objeto ou matéria-prima, os instrumentos; e o trabalho em si.” (pág.15)

Por fim discorre sobre o movimento de discussão crítica sobre as Diretrizes Curriculares a partir da visão marxista, e como se deu esta discussão no seio da categoria profissional.

 **D12 Artigo:** O projeto ético-político profissional do S.S. o sentido da ruptura - Iolani Soares da Silva.


Palavras-chave: Projeto profissional, direção social estratégica; valores éticos, cidadania.

Resumo: O estudo se refere ao projeto profissional de ruptura do serviço Social contemporâneo, mais precisamente no que diz respeito às suas perspectivas e propostas. Recorreremos ao Código de ética dos assistentes sociais de 1993, pois condensa a valoração ética de forma peculiar. Por meio dele, podemos identificar os pressupostos do compromisso profissional do Serviço Social contemporâneo, tanto com relação à utopia como às propostas profissionais. Embora as diretrizes norteadoras do projeto profissional não se limitem a ele, os valores éticos por ele identificados comportam o sentido da direção social da profissão, bem como suas propostas atuais.

Este é mais um dos autores que historia as mudanças ocorridas na profissão e, a partir dos anos 1990, a passagem do projeto profissional para projeto ético-político, que segundo Netto (1999):

“(...) tem uma articulação íntima entre ética e política porque os elementos éticos de um projeto profissional não se limitam a normatizações morais e/ou prescrição de direitos e deveres, mas envolvem ainda as escolhas teóricas, ideológicas e políticas das categorias e dos profissionais.” (pág.98)

O texto traz uma discussão sobre esta passagem e a construção e discussão que até hoje se faz presente sobre o projeto ético-político do Serviço Social que, a partir de 1980 e marcadamente em 1990, ganhou novos princípios, junto aos sujeitos de sua intervenção.

 **D15 Artigo:** Trinta anos da revista serviço social e sociedade: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil - Maria Ozanira da Silva e Silva.

Palavras-chave: Serviço Social, Projeto profissional, revista Serviço Social & Sociedade.


Resumo: O presente artigo aborda os resultados de uma ampla pesquisa documental desenvolvida nos 99 números da revista Serviço Social & Sociedade que foram publicados durante três décadas: 1979-2009. O Objetivo é caracterizar e analisar as contribuições das publicações para a construção do Serviço Social no Brasil com realce para a passagem do conservadorismo, que marcou a profissão, para uma perspectiva teórico-metodológica crítica que se tornou hegemônica a partir da segunda metade dos anos 1980 adentrando os anos 1990. Nesse percurso, foi destacado o Projeto Profissional de Ruptura, denominação prevalente nos anos 1980, e o Projeto Ético-Político Profissional, denominação do projeto profissional crítico a partir dos anos 1990. As temáticas identificadas foram sistematizadas e analisadas no âmbito dos movimentos conjunturais da sociedade e do desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, com clara evidência das contribuições da revista Serviço Social & Sociedade para a ruptura do Serviço Social com o conservadorismo.

O presente artigo especialmente serviu de inspiração para a elaboração deste trabalho, considerando-se seu escopo e sua extensão, tendo sido encontrado durante o percurso de busca de artigos que também tomam a própria publicação como sujeito de sua pesquisa.

Apresenta o resultado de uma pesquisa mais ampla sobre a Revista Serviço Social e Sociedade no período de trinta anos (1979 a 2009), com o objetivo de levantar todas as temáticas publicadas e relacioná-las ao processo de desenvolvimento da profissão de Serviço Social. Como cita a autora:

“A pesquisa me levou a situar a revista Serviço Social e Sociedade e o Serviço Social no processo histórico de construção da sociedade brasileira, ambos, revista e profissão, se gestando e se desenvolvendo no âmbito das relações sociais.” (pág.600)

A autora pauta o surgimento da revista no momento político brasileiro então vigente, e sua importância no processo de desenvolvimento do serviço social, na medida em que propicia a publicação de produção teórica da profissão dando voz aos sujeitos, os assistentes sociais.

 **D25 Artigo:** O que Serviço Social quer dizer - Vicente de Paula Faleiros.

Palavras-chave: Serviço Social; Definição de Serviço Social; Reconceituação.

Resumo: Este artigo trata da concepção/definição do Serviço Social em uma perspectiva histórica e teórica, levando em conta o contexto em que foi formulada e seus pressupostos. Tem como objetivo contrapor, de forma crítica, os enunciados discursivos sobre a profissão, sem nenhum propósito evolutivo ou exaustivo. O método foi de consulta bibliográfica a livros publicados de autores que tenham servido de referência e a definições de associações profissionais. O resultado da pesquisa mostrou uma diversidade de posições a partir do funcionalismo e do marxismo, da história e das práticas de serviço social.

O texto faz uma análise sobre a própria definição de Serviço Social por diferentes autores, em diferentes épocas e décadas e diferentes países.


“A construção de uma definição sobre Serviço social passa por disputas não só linguísticas, mas ideológicas e políticas, processadas no enfrentamento de projetos políticos e de produção de sentido no cotidiano e de construção de estratégias e operações que sinalizam formas de ação dos profissionais”. (pág.2)

Cita desde Mary Richmond e vários autores até os órgãos representativos da categoria profissional nacional e internacional com suas definições e interpretações sobre a finalidade do Serviço social, explicitando as contradições e polemicas que giram em torno desta definição até os dias de hoje, comparando-as *“ao próprio Serviço Social na sua compreensão dialética”*.

Debate um tema bastante atual que vem sendo discutido, dada a proximidade temporal do evento “Workshop sobre a definição de Serviço Social” que vem justamente focar esta questão.

Segundo material divulgado pelo próprio Workshop, a definição de Serviço Social a seguir foi discutida entre as diversas organizações nacionais de profissionais de Serviço Social da Argentina, Brasil, Chile, República Dominicana, Paraguai, Porto Rico e Uruguai, com a contribuição individual de muitos/as colegas de distintos países da América Latina e Caribe. Esta definição será proposta como "Definição Mundial de Serviço Social" para que seja adotada pela Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS) e pela Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social (AIETS), a ser discutida na Assembleia Mundial que se realizará nos dias 7 e 8 de julho de 2012 na cidade de Estocolmo, Suécia.

Preliminarmente, o Serviço Social/Trabalho Social é definido, na América Latina, como uma profissão que se insere no âmbito das relações entre sujeitos sociais e entre estes e o Estado nos diversos contextos sócio-históricos de atuação profissional. Desenvolve uma práxis social e um conjunto de ações de natureza socioeducativa, que incidem na reprodução material e social da vida, em uma perspectiva de transformação social comprometida com a democracia e com o enfrentamento das desigualdades sociais, fortalecendo a autonomia, a participação e o exercício da cidadania, na defesa e na conquista dos direitos humanos e da justiça social.

 **D28 Artigo:** Fiscalização do exercício profissional e projeto ético-político- Josiane Soares Santos; Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves; Débora Rodrigues Santos; Elma Santos de Jesus; Fábio dos Santos; Gleide Celma Souza Dórea; Raquel de Oliveira Mendes..

Palavras-chave: Política Nacional de Fiscalização. Projeto ético-político. Serviço Social.

Resumo: Este artigo sistematiza parte dos resultados preliminares de um projeto de pesquisa em andamento sobre a temática da fiscalização das profissões pelos conselhos, enfocando especificamente o Conjunto CFESS/Cress com campo empírico situado no Cress 18ª Região/SE. Além da análise dos dados, que contribui para entender o perfil do exercício profissional a partir dos aspectos que constam nos "relatórios de visita" da fiscalização, traz um debate acerca da concepção de fiscalização do conjunto CFESS/Cress e sua relação com o projeto ético-político profissional.

O texto discute o trabalho do assistente social sob a ótica da fiscalização do exercício dos profissionais e tem nesta a possibilidade a divulgação do projeto ético-político profissional:

“A política Nacional de Fiscalização (PNF) é considerada aqui como mais uma das expressões do projeto-ético-político do

Serviço Social, a exemplo das diretrizes Curriculares nacionais para a formação do assistente social.” (pág.3)

Esclarece que

“O Serviço social, por ser regulamentado como uma profissão liberal traz a necessidade de regulação do seu exercício profissional por meio dos conselhos.... Ao Conselho Federal compete criar normas para regular e fiscalizar o exercício profissional e aos conselhos regionais cabe à operacionalização dessa fiscalização em cada região”. (pág.2)

Faz também um passeio pela história do serviço social e sua construção teórico-metodológica assim como do movimento político da sociedade (reestruturação do capitalismo, neoliberalismo).

Considerando-se o teor deste estudo, bem como o material tomado como objeto de pesquisa, o presente texto pretendeu tecer, em conjunto, considerações relativas aos resultados obtidos e à sua análise, à luz da literatura julgada pertinente para a discussão dos mesmos.

Assim, podemos afirmar que nos cinco anos compreendidos por este estudo, a revista Serviço Social e Sociedade publicou 212 documentos em suas 20 vinte edições regulares. Destes, conforme os critérios de seleção, foram inicialmente selecionados cinquenta e dois textos. Uma vez sujeitos a uma leitura ainda mais cuidadosa, permaneceram para análise vinte e oito textos, sendo que apenas um deles teve como título ou conteúdo principal o estágio supervisionado, no caso a própria resolução do CFESS sobre estágio supervisionado (533 de 29/09/2008).

Os demais textos discorreram sobre a formação, as diferentes práticas profissionais, o contexto social e político, o projeto ético-político, a educação

superior no Brasil e outros temas da atualidade, por vezes de forma monotonamente repetida.

Ressalta, porém, que, nesses cinco anos de verdadeiro fervilhamento curricular, não houve um artigo, resenha ou qualquer que explanasse sobre estágio supervisionado.

Entretanto, é posto que a maior temática de discussão sobre a formação tem sido sobre a precariedade e a qualidade do ensino superior, o sucateamento das universidades públicas e a abertura excessiva de instituições de ensino privadas que buscam responder a lógica e ordem mercadológica do sistema.

O estágio supervisionado e os relatos da prática vivenciada por seus sujeitos (alunos e supervisores) ainda integram uma área pouco explorada na produção bibliográfica do Serviço Social, principalmente quando se referem a textos embasados teórico-conceitualmente em princípios pedagógicos, conforme o que foi apresentado no Referencial Teórico deste trabalho. Acreditamos que um veículo de tal importância e reconhecimento disponha de um Corpo Editorial sensível às mudanças que ocorrem não apenas no campo da explicação / justificação política para um exercício profissional, mas que divida suas publicações, na medida do possível, para a contemporaneidade dos processos de formação, em particular do Estágio Supervisionado curricular e legalmente obrigatório.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revista Serviço Social e Sociedade é regularmente publicada desde 1979, estando, desde as suas origens, buscando estabelecer correlações entre os profissionais dos quais é alvo e os movimentos políticos que ocorreram em nosso país. Este foi um importante papel: sobretudo em um momento em que a atuação do Assistente Social estava sendo consolidada, a Revista foi o veículo pelo qual muitas vezes se estabeleceu diálogos entre a política e o cotidiano dos profissionais.

Foi a primeira revista na área de circulação nacional. Mais recentemente a publicação foi indexada na base literária LILACS, e atualmente é parte da Coleção Scielo Brasil.

Embora a revista publique artigos e materiais sobre temas políticos e atuais, não foram localizados, por intermédio de uma pesquisa minuciosa, número a número, no período de 2007 a 2011 textos referentes à formação de graduação do assistente social, e especificamente sobre o estágio supervisionado, que legalmente deve ser incluído no currículo das instituições formadoras. Como anteriormente discutido e reproduzidos nos textos e citações deste trabalho, as instituições formadoras de ensino, assim como a profissão de Serviço Social têm crescido vertiginosamente, colocando no mercado uma profusão de profissionais que precisam estar preparados para os desafios e as constantes transformações ocorridas na realidade social e política, nas questões sociais, nas demandas que se apresentam.

A qualidade desta formação não se encontra somente no campo acadêmico, mas tão importante quanto, no aprendizado de práticas

profissionais condizentes com essa realidade, cotidianamente reproduzindo o resultado dos embates e construções das relações sociais que neste espaço se articulam.

Para que a qualidade desta formação se concretize é necessário que o olhar dos sujeitos desta relação tríplice (aluno/ supervisores da instituição acadêmica/ supervisores do campo da prática de estágio) se amplie e alcance os campos da prática, com ações concretas de acompanhamento, fiscalização, avaliação, articulação de saberes, parcerias, pesquisas e o compartilhamento das experiências aí construídas que possam ser difundidas por meio de publicações, relatos, bem como pelo desenvolvimento de políticas de educação que possam abrir espaço para novas práticas educativas na profissão.

A contextualização da profissão, o seu desenvolvimento nestes anos, a sua flexibilidade para acompanhar as mudanças da sociedade mudando os seus próprios paradigmas, seus preceitos iniciais, primordialmente assistenciais para uma política e um direcionamento de ações comprometidas com os sujeitos de sua prática demonstram o quanto esta profissão tem merecido um espaço cada vez mais presente e qualificado no cenário social brasileiro e mundial.

Para tanto, faz-se importante investir na produção de conhecimento na formação profissional, nas condições de ensino, na pesquisa e na atuação profissional e no desenvolvimento de competências condizentes com a realidade em que é posto o assistente social.

Nossa experiência nestes anos, com alunos, academia e supervisores do campo da prática, assim como profissionais atuando simultaneamente nas

diversas áreas: assistência, saúde, ensino, pesquisa, dentro de uma universidade, em um hospital universitário, nos incita a sugestões para que a articulação/parceria dos diferentes espaços de ensino/aprendizagem dos alunos se realize com qualidade. São estes:

1. Conhecimento dos diferentes espaços: supervisores acadêmicos visitando e conferindo o partilhar de experiências no campo da prática *in loco*. Supervisores da prática podendo aprender, atualizar-se, relatar suas experiências, usufruir do espaço acadêmico das universidades.
2. Planejamento conjunto das atividades de aprendizagem prática, com supervisor acadêmico e o supervisor da prática.
3. Atividades periódicas de construções de eventos com a participação dos supervisores acadêmicos e supervisores da prática (palestras, encontros, oficinas e campanhas, dentre outras).
4. Encontro de diferentes instituições de ensino, com campos variados de prática para alunos diversificados, objetivando-se a troca de conhecimento e o desenvolvimento de ações coletivas da categoria profissional voltadas para o seu fortalecimento e aprimoramento.
5. Acompanhamento e avaliação dos espaços institucionais da prática, assim como dos currículos acadêmicos e do ensino desenvolvido, pelos órgãos representativos da categoria profissional (CFESS/ CRESS/ ABEPSS).
6. Participação ativa de todos os envolvidos no planejamento, avaliação e publicização de suas experiências, de suas atividades, do

aprimoramento do conhecimento, dos fundamentos teórico-metodológicos, e

7. Busca principalmente do cuidado de identificar, compreender criticamente e entender com generosidade os desafios que nos são colocados cotidianamente (aos assistentes sociais), aos cidadãos que somos, dando-nos a certeza de que o discurso do coletivo, da participação não fique restrito aos discursos, aos sujeitos de nossa atuação, mas e primordialmente a nós mesmos, como profissionais que, ao trabalhar com e para as pessoas, no universo singular e complexo das diferentes culturas, formações, valores e relações sociais, possamos nos inserir como parte delas, na realidade de que tão bem costumamos nos apropriar como instrumento de nosso trabalho.

Enfim é necessário que o **estágio supervisionado**, uma parte importante da formação profissional do futuro assistente social, aqui tomado como objeto de estudo e discussão, em um recorte realizado por meio de um periódico de projeção e referência não só nacional como também internacional, possa ser destacado como um instrumento relevante na interação, na evolução e no reconhecimento da importância da profissão Serviço Social nos diversos e diferentes espaços ocupacionais, de trabalho, compondo a equipe multiprofissional e contribuindo para a melhoria das condições do exercício da cidadania, de vida e qualidade do que se quer construir. Compreende-se que o desenvolvimento de competências se faz não só na apropriação do conteúdo teórico, mas na viabilização deste conteúdo em nossa prática diária, transformando-o novamente num conhecimento a ser desvelado, partilhado e

recriado por aqueles que o vivenciam: o aluno estagiário (primeiro contato e interação com a realidade contada), o aluno supervisor acadêmico (tradutor da realidade da teoria e da prática, aprendendo sempre a conhecê-la, pois esta é dinâmica, muda a cada instante) e o aluno supervisor da prática (tendo que ser o agente transformador do discurso em ação muitas vezes emparedada nos enfrentamentos e impossibilidades das políticas sociais). Somos portanto alunos permanentes da vida, investindo infinitamente na nossa formação.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Cadernos ABESS, São Paulo, n. 7, p. 58, 1997.

_____. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social** (Texto na íntegra aprovado em assembleia em novembro de 1996). Rio de Janeiro: 1996.

ABEPSS. **Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 79, 2004.

_____. **Estatuto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. São Luís, 2008.

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. **O ensino do trabalho profissional: O estágio na formação profissional**. Palestra proferida na oficina da Região Sul II – Gestão 2003-2004. São Paulo: ABEPSS, 2003.

ALVES, Alda J. **O Planejamento de pesquisas qualitativas em Educação**. Cadernos de Pesquisa, nº 77, p. 53-61, mai. 1991.

ALVES-MAZZOTTI, A. J., GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998. Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br/eac/observatorio/metodologia-analise-conteudo.asp>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

ANGEL, Mary; Lima E.C.; Alarcão I, Ferreira N. S. C. **Supervisão pedagógica – Princípios e práticas**, Ed. Papiros, 3ª ed.

BATISTA, N.; BATISTA, S.H. (orgs.). **A docência em saúde: temas e experiências**. São Paulo: SENAC, 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no capitalismo tardio**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2002

BEREZOVSKY, Mina. **Serviço Social Médico na Administração Hospitalar**. Editora Moraes. 2ª edição, 1980.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <URL: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 10 de junho de 2011.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de educação Superior. Parecer. Parecer CNE/CES 492/2001, de 03/04/2001, posteriormente homologado pela Resolução CNE/CES 15, de 13/03/2002. **Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2011.

_____. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. Lei nº 1889, de 13 junho de 1953-. **Dispõe sobre os objetivos do ensino do serviço social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de assistentes sociais e agentes sociais**. Diário Oficial da União - Seção 1 –, Página 5718

_____. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Diário Oficial de 28 de agosto de 1957. **Regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1957. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3252.htm. Acesso em: 20 jun. 2011

_____. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 20 jun. 2011.

_____. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: URL:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 de junho de 2011.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES nº 492, de 03 de abril de 2001. **Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social**. Conselho Nacional de Educação, Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002. **Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social**. Conselho Nacional de Educação, Brasília, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES152002.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2011.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acessado em 03/01/2010.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acessado em 21 de junho de 2012.

BURIOLLA, M. A. F. **O estágio supervisionado.** 4ªed. São Paulo: Cortez, 2006.

CARDOSO, Maria de Fátima M. **Reflexões sobre instrumentais em Serviço Social.** LCTE Editorial.

CFESS. Resolução nº 273, de 13 de março de 1993. **Institui o código de ética profissional e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_etica_cfess.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.

_____. Resolução nº 533, de 29 de setembro de 2008. **Regulamenta a Supervisão Direta de estágio no Serviço Social.** <http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucaocfess568.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências humanas e Sociais.** 7ªed. São Paulo: Cortez, 2005.

CONSELHO Federal de Serviço Social – CFESS; ASSOCIAÇÃO Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Vol. 1. Brasília, CFESS/ ABEPSS, 2009.

CRESS. Lei 8.662/1993. **Regulamenta a profissão de Serviço Social.** Brasília, 1993. http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf Acesso em: 20 jun. 2011.

DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos.** Campinas: Papyrus, 2001.

EPSTEIN, R.M.; HUNDERT, E.M. **Defining and assessing professional competence.** JAMA, v.287, n.2, p.226, 2002.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Espaço institucional e espaço profissional: o saber profissional e o poder institucional.** São Paulo: Cortez, 1995.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Caderno classificados de empregos**, pp. 2-3, 25 out. 2009.

FRAGA, Cristina K. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan./mar. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n101/04.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

FRANCO, M.L.P.B. **Análise do conteúdo.** Brasília: Plano Editora, 2003 (Série pesquisa em Educação).

FRANCO, Maria Laura P.B.; LUCCHI, Marcos Antonio; INFANTE, Ângela Maria. **Representações sociais de jovens sobre educação e sociedade.** Revista Interação, ano 5, n. 2, 2º sem. 2011. Disponível em: <<http://www.fam2011.com.br/site/revista/pdf/ed8/art05.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

GATTI, Bernardete A. **A produção da pesquisa em educação no Brasil e suas implicações.** In **A Construção da Pesquisa em Educação no Brasil.** Brasília, DF: Plano Editora, 2002..

GUERRA, Yolanda. **O ensino da prática no novo currículo: elementos para o debate.** Palestra da oficina ABEPSS. Região Sul I, maio: 2002.

GUERRA, Yolanda. **O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo. Ano XXVIII, n. 91, Especial, set. 2007.

_____. **Análise dos Dados da Pesquisa sobre o Estado da Arte da Implementação das Novas Diretrizes Curriculares.** Oficina descentralizada de ABEPSS “10 Anos de diretrizes curriculares – um balanço necessário”. MG: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2006. Texto mimeo.

_____. **A instrumentalidade do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1994.

GONÇALVES, A.S. **A prática do Serviço Social nas instituições.** Revista do Serviço Social, São Paulo, 1980.

GRACIANO, Maria Inês Gândara; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Estudo Socioeconômico: indicadores e metodologia numa abordagem contemporânea.** Revista Serviço Social & Saúde, Campinas, v. 9, n. 9, jul. 2010.

HARDEN, R.M. **Learning outcomes and instructional objectives: is there a difference?** Medical Teacher, v.24, n.2, p.151-5, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social.** São Paulo, Cortez, 1992.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 5ªed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche.** São Paulo: Cortez, 2007.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 8. ed. São Paulo: Cortez; CELATS, 1991.

JOAZEIRO, Edna M. G. **Supervisão de estágio: formação, saberes, temporalidades.** Santo André, SP: ESETEC Editores Associados, 2008.

KNOWLES, M.S.; HOLTON III, E.F.; SWANSON, R.A. **The adult learner.** 5ª. ed. Huston: Gulf Publishing Company, 1998.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA O SERVIÇO SOCIAL. 3ª ed. São Paulo, CRESS SP, 2007.

LEWGOY, Alzira M. B. **Supervisão de estágio em Serviço Social: Desafios para a formação e exercício profissional.** São Paulo: Cortez, 2009.

LILACS. **Biblioteca Virtual em Saúde.** São Paulo: BIREME; OPAS; OMS, [s.d.]. Disponível em: <<http://lilacs.bvsalud.org/>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

LUCKESI, Cipriano e outros. **Fazer universidade: uma proposta metodológica.** São Paulo: Cortez, 1984.

MAIA, J.A. **O currículo no ensino superior em saúde.** In: BATISTA, N.A; BATISTA, S.H. (orgs.). **Docência em saúde: temas e experiências.** São Paulo: SENAC, 2004, p.102-133.

MAIA, J.A. **O ensino superior em saúde no Brasil na atualidade: alguns apontamentos** (2010). Disponível em: URL:<<http://www.maiaeduc.com.br/site/0200>>. Consultado em 25 de abril de 2012.

MANUAL DO SERVIÇO SOCIAL – Divisão de Serviço Social do Hospital São Paulo, última revisão 2003. São Paulo

MARADINO, Martha; MARTINS, Luciana Conrado; GRUZMAN, Carla; CAFFAGNI, Carla Wanessa; ISZLAJI, Cynthia; CAMPOS, Natália F.; MÔNACO, Luciana; SALGADO, Maurício; FIGUEROA, Ana Maria Senac; BIGATTO, Mauro. **A abordagem qualitativa nas pesquisas em educação em museus**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Educação em Ciências, 7, 2009. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 8 a 13 nov. 2009. Disponível em:<<http://www.foco.fae.ufmg.br/viiienpec/index.php/enpec/viiienpec/paper/view/710/128>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1995.

MARTINS, Gilberto Andrade. **Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil**. Revista de Contabilidade e Organizações, FEARP/USP, v. 2, n. 2, p. 8 - 18 jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rco/v2n2/02.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 8ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MONTANO, Carlos. A pós-graduação e a pesquisa no Serviço Social latino-americano: uma primeira aproximação. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 108, v. 2011.

MOTA, Ana Elizabete *et al.* **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

MUSSAK, Eugenio. **Metacompetencia. Uma nova visão do trabalho e da realização pessoal.** São Paulo. Editora Gente, 2003

NETTO. José Paulo et al. **Cotidiano: conhecimento e critica.** São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Cirlene A. H. da S. Formação profissional em Serviço Social: “velhos” e novos tempos, ... constantes desafios. **Revista Serviço Social e Realidade**, v.13, n.2, 2004.

_____. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 80, 2004.

_____. **A centralidade do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social.** 2003. 178p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2003.

PAIXÃO, Márcia C. Eixo: **O ensino da prática profissional.** Texto da exposição apresentada na Oficina Descentralizada SUL II da ABEPSS, realizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 20/09/06. São Paulo, 2006, mimeo.

PERIPOLLI Arley.; SANTOS, Silvio Carlos dos; FREITAS Soraia Napoleão. Avaliação escolar: (re)significando limites e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação e Cultura** n.II, 2010.

PONTE, João Pedro . **O estudo de caso na investigação em educação matemática.** Disponível em <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt/94>. Acessado em 02 fevereiro de 2012.

RAMOS, Sâmya R. A prática na formação profissional em Serviço Social: tendências e dificuldades. **Revista Temporalis**, ano VII, n.14, 2007.

_____. **Tratamento dispensado à prática na formação profissional.** Relatório da pesquisa avaliativa da implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. São Luís, ABEPSS, 2008. CD-ROM.

RANGEL, Mary (org.) **Supervisão pedagógica: princípios e práticas.** 3ªed. Campinas, SP: Papiros, 2005.

SÁ, Jeanete L. Martins. **Conhecimento e currículo em serviço social.** São paulo : Cortez, 1995.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. **História geral da medicina brasileira.** São Paulo, HUCITEC, EDUSP, 1991.

SANTOS, Wilton Silva. Organização curricular baseada em competência na educação médica. **Rev. bras. educ. med.**, v. 35, n. 1, 2011.

SERVIÇO SOCIAL. In: **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre.** Flórida: Wikipédia Foundation, 2012. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Servi%C3%A7o_social&oldid=28494485>. Acesso em: 7 fev. 2012.

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, 1979-a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-6628&lng=pt&nrm=is>. Acesso em: 12 fev. 2012.

_____. **Sobre a Revista.** São Paulo: Cortez, 1979-b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/revistas/sssoc/paboutj.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

_____. **Instruções aos autores**. São Paulo: Cortez, 1979-c.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/revistas/sssoc/pinstruc.htm>>. Acesso em:
12 fev. 2012.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 18ª Ed.
São Paulo. Cortez. 1992

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da
educação Superior no Brasil**. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista, SP: USF-
IFAN, 2001.

SILVA, I. P. **A graduação e a prática do Assistente Social na área da
saúde**. 2008. Dissertação (Mestrado em Saúde) – Centro de Estudos e
Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde. Universidade Federal de São
Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA. Maria Dulce. **O estágio na formação profissional: elementos para
análise**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 45, 1994.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Trinta anos da revista Serviço Social &
Sociedade: contribuições para a construção e o desenvolvimento do
Serviço Social no Brasil**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº
100, 2009.

SILVA, P.V.B.; KUENZER, A.Z. **Universidade-núcleos temáticos: em busca
da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão**. Educ. Rev. n.15, 1999.
Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601999000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 21 de junho de
2012.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social: cotidiano,
formação e alternativas na área da saúde**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

VIEIRA, B. O. **Processos e técnicas**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1973.

YASBECK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão**. CONSELHO Federal de Serviço Social – CFESS; ASSOCIAÇÃO Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Vol. 1. Brasília, CFESS/ ABEPSS, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4ª.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência : por uma nova lógica**. São Paulo: Atlas, 2001.

ANEXOS

Anexo 1: Laudo do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFESP

São Paulo, 16 de setembro de 2011

CEP Nº: 1256/11

Ilmo(a) Sr(a)

Pesquisador(a): SANDRA MARIA FARIA

Disciplina/Departamento: CEDESS

Pesquisadores associados: José Antonio Marques Maia de Almeida (orientador)

**Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da
Universidade Federal de São Paulo/Hospital São Paulo**

TÍTULO DO ESTUDO: Princípios fundamentais para a avaliação do estágio prático hospitalar em serviço social voltado para o desenvolvimento de competências profissionais :

CARACTERÍSTICA PRINCIPAL DO ESTUDO: Retrospectivo -análise documental

RISCOS ADICIONAIS PARA O PACIENTE: Sem risco, sem contato com paciente

OBJETIVO DO ESTUDO: Levantar, na literatura latina, características da avaliação do desenvolvimento de competências profissionais durante o estágio prático supervisionado em Serviço Social em unidade hospitalar, durante o curso de graduação.

RESUMO: Será realizado levantamento de referencial teórico, sobre competências profissionais do Serviço Social em estágio prático supervisionado na área hospitalar na América Latina em publicações indexadas e em documentos oficiais de uma determinada instituição hospital universitária. Será realizada revisão bibliográfica, pesquisa elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e revistas indexadas e atualmente com material disponibilizado na Internet. Será considerada especificamente a bibliografia produzida na América Latina, por meio da LILACS, de artigos indexados. Também será utilizada a Pesquisa Documental; quando elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico, relativos a uma instituição de estágio prático. A instituição de campo da prática que servirá como referência para a análise documental foi escolhida por ser um hospital universitário de campo de ensino, pesquisa e assistência e ter uma Divisão de Serviço Social que recebe alunos de diferentes faculdades (públicas e privadas), ser um campo de estágio prático com vários anos de atividades desenvolvidas na área da Saúde; setor que mais emprega profissionais de Serviço Social; ter uma coordenação específica de estágio supervisionado, com centralização da supervisão, documentada e com uma forma de avaliação sistematizada. Buscar-se-á conhecer produções teóricas sobre o assunto e analisar documentos oficiais, contratos, relatórios, planos de estágio, avaliações e tudo aquilo que foi construído com a instauração de uma coordenação de estágio nesta Divisão.

MATERIAL E MÉTODO: Estão descritos os procedimentos do estudo, apresentando autorização do local onde o estudo será conduzido.

TCLE: Não se aplica

DETALHAMENTO FINANCEIRO: Sem financiamento externo - R\$ 62,00

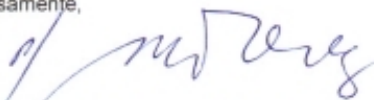
CRONOGRAMA DO ESTUDO: 6 meses

PRIMEIROS RELATÓRIOS PARCIAIS PREVISTOS PARA : 10/9/2012 e 5/9/2013

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo/Hospital São Paulo ANALISOU e APROVOU o projeto de pesquisa referenciado.

1. Comunicar toda e qualquer alteração do projeto e termo de consentimento livre e esclarecido. Nestas circunstâncias a inclusão de pacientes deve ser temporariamente interrompida até a resposta do Comitê, após análise das mudanças propostas.
2. Comunicar imediatamente ao Comitê qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento do estudo.
3. Os dados individuais de todas as etapas da pesquisa devem ser mantidos em local seguro por 5 anos para possível auditoria dos órgãos competentes.

Atenciosamente,



Prof. Dr. José Osmar Medina Pestana
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da
Universidade Federal de São Paulo/Hospital São Paulo

Anexo 2: Sumários dos números estudados da revista Serviço Social e Sociedade

Sumário

Editorial	3
ARTIGOS	
Direitos, Cultura de Direitos e Assistência Social <i>Íris Maria de Oliveira</i>	5
Ética Pública e Formação Humana <i>Sidney Reinaldo da Silva</i>	31
Nas fronteiras da subalternidade <i>Denise Chrysóstomo de Moura Juncá</i>	52
Políticas locais de inclusão social, autonomia e empoderamento: reflexões exploratórias <i>Carla Bronzo Ladeira Carneiro</i>	76
Limites de mensurabilidade dos indicadores ambientais no processo de conhecimento e de gestão ambiental <i>Marli Renate von Borstel Roesler e Eugênia Aparecida Cesconeto</i>	104
O recrudescimento da violência nos espaços urbanos: desafios para o Serviço Social <i>José Fernando Siqueira da Silva</i>	130
Miséria e lucro na rua: um retrato do cotidiano de crianças e adolescentes em situação de rua em Angola <i>Simão João Samba</i>	155
ENTREVISTA	
Sotaque lusitano, cidadão do mundo — Entrevista com o sociólogo Boaventura de Sousa Santos <i>Jaldes Reis de Meneses e Maria Aparecida Ramos de Meneses</i>	177
RESENHA	
Intervenções: o marxismo na batalha das idéias <i>Rodrigo Castelo Branco Santos</i>	189
INFORME-SE	
II Congreso Nacional de Trabajo Social en Buenos Aires/Argentina	192
COLABORADORES INTERNACIONAIS	194
NOVA ORIENTAÇÃO PARA A APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS	196

Sumário

Editorial	3
ARTIGOS	
Gestão pública e cidade — notas sobre a <i>questão social</i> em São Paulo <i>Raquel Raichelis</i>	5
A emancipação política e a defesa de direitos <i>Sergio Lessa</i>	35
Infância, pobreza e trabalho infantil <i>Maria Aurenice Mendes Frazão Rodrigues e Antonia Jesuíta de Lima</i>	58
Mercado de trabalho e políticas públicas para a juventude <i>Geórgia Patrícia Guimarães dos Santos</i>	82
Vidas privadas em espaços públicos: Os moradores de rua em Belo Horizonte <i>Frederico Poley Martins Ferreira e Sulamita Crespo Carrilho Machado</i>	102
O acompanhante na instituição hospitalar na perspectiva de profissionais da saúde <i>Márcia Bárbara Souza Dibai e Nágela Valdão Cade</i>	121
Processos socioambientais em comunidades de crescimento desordenado <i>Maria Conceição O. Américo, Raquel Franco de S. Lima e Edmilson Lopes Júnior</i>	132
Avaliação de programas: oportunidade para a institucionalidade social <i>Cristina Almeida Cunha Filgueiras</i>	154
Serviço social português e brasileiro: a relação com o usuário <i>Iraci de Andrade, Karen Eidelwein e Gleny Terezinha Duro Guimarães</i>	169
RESENHAS	
Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil <i>Cristiano Guedes</i>	187
Economia política: uma introdução crítica <i>Maria Orlanda Pinassi</i>	190
INFORME-SE	
II Congreso Nacional de Trabajo Social — cambio de fecha	193
Visita de estudantes à Livraria Cortez	194
ERRAMOS	195
COLABORADORES INTERNACIONAIS	196
ORIENTAÇÃO PARA A APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS	198

Sumário

EDITORIAL

ARTIGOS

- 1) O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional – *Yolanda Guerra*
- 2) Desafios do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo – *Maria Beatriz CostaAbramides*
- 3) O PAC e o Serviço Social: crescimento para quê e para quem? - os 70 anos da profissão e os seus desafios conjunturais – *Marcelo Braz*
- 4) A pobreza do desenvolvimento no nordeste: do polonordeste às políticas de combate à pobreza - *Flávio Lúcio Rodrigues Vieira*
- 5) Os oito anos da política de assistência social no governo popular de Mato Grosso do Sul - *Maria José Souza Lanzetti e Valdete de Barros Martins*
- 6) Assistencialização da seguridade e do serviço social no Rio de Janeiro: notas críticas de um retrocesso – *Mavi Rodrigues*
- 7) Terceiro setor no serviço social brasileiro: aproximações ao debate – *Vera Núbia Santos*
- 8) Responsabilidade social empresarial e a mercantilização da solidariedade - *Luís Antonio Groppo*

DEPOIMENTOS

Migração forçosa e exercício de direitos – *Leila Lima Santos*

TROCANDO EM MIÚDOS

O que é o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) - *Eunice Teresinha Fávero*

ERRAMOS

ORIENTAÇÃO PARA A APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS

Sumário

Editorial	3
ARTIGOS	
Intersetorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática <i>Carla Bronzo e Laura da Veiga</i>	5
Avaliação da política de assistência social no Brasil neoliberal: instrumento de controle exercido pela população ou sobre a população? <i>Adriana Amaral Ferreira Alves</i>	22
O SUAS e a universalização da renda social mínima no Brasil <i>Julio Cesar Torres</i>	43
Dimensões da autonomia no combate à pobreza: o Programa Bolsa-Família sob a perspectiva das beneficiárias <i>Ângela Cristina Salgueiro Marques e Rousiley Celi Moreira Maia</i>	58
Projeto ético político, necessidades e direitos sociais <i>Adriana Fonseca de Azevedo e Hélder Boska de Moraes Sarmiento</i>	85
Mediações éticas na prática cotidiana dos assistentes sociais <i>Manuel Domingos Menezes da Silva</i>	97
O debate contemporâneo acerca da questão social <i>Maria Augusta da Silva Tavares</i>	118
O trabalho dos assistentes sociais nos hospitais de emergência: notas para debate <i>Mônica Simone Pereira Olivar e Dolores Lima da Costa Vidal</i>	139
A vulnerabilidade das pessoas com transtornos mentais em situação de pesquisa <i>Lucia Cristina dos Santos Rosa e Sergio Ibiapina Ferreira Costa</i>	159
Uma reflexão sobre o acolhimento familiar no Brasil <i>Janete Aparecida Giorgetti Valente</i>	174
POLÊMICAS	
Por que Fenás? A história contada por seus protagonistas <i>Margareth Alves Dallaruvera e Mariza Pereira Alvarenga</i>	187
HOMENAGEM	
Seno Antônio Cornely: colega e amigo <i>Maria Lúcia Carvalho da Silva</i>	201
ORIENTAÇÃO PARA A APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS	203

Sumário

EDITORIAL

ARTIGOS

- 1) *O serviço social como trabalho: alguns apontamentos sobre o debate* – Nailsa Maria SouzaAraújo
- 2) *Trajetórias: um instrumento de análise da participação do trabalhador no mercado de trabalho* – Cidriana Teresa Parenza
- 3) *Os trabalhadores do século XXI e seu “refazer-se” como classe: utopia ultrapassada ou desafio atual?* – Giuseppina De Grazia
- 4) *Competências profissionais do(a) assistente social do SESI a partir dos anos 90: novos desafios* – Maria Figuerêdo de Araújo Regis
- 5) *O pensamento conservador na sociedade brasileira: ambigüidades entre o público e o privado* – Ângela Vieira Neves
- 6) *Estado e políticas públicas no Brasil: desafios ante a conjuntura neoliberal* – Luciana Vargas Netto Oliveira
- 7) *As pichações juvenis e o serviço social: o que temos a dizer?* – Simone Ferreira
- 8) *Resiliência: um enfoque para a promoção de saúde em idosos* – Ana Valéria Rodrigues, NeideCordeiro de Magalhães

INFORME-SE

A 19ª Conferência Mundial de Serviço Social no Brasil e a difusão do projeto ético-político brasileiro - Marcelo Braz

13ª Conferência Nacional de Saúde: algumas reflexões - Maria Inês Souza Bravo

3ª Conferência Nacional das Cidades: avanços e desafios para uma política nacional de desenvolvimento urbano - Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz

VII Conferência Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente “Concretizar direitos humanos de crianças e de adolescentes: investimento obrigatório” - Aurea Satomi Fuziwara

Compromissos e Responsabilidades para Assegurar Proteção Social pelo SUAS: o marco histórico da VI Conferência Nacional de Assistência Social - Renato Francisco dos Santos Paula

Sumário

EDITORIAL

ARTIGOS

- 1) Exame de proficiência: uma estratégia inócua – *Ivanete Boschetti*
- 2) Exame de proficiência e Projeto Profissional: um debate sobre o futuro do Serviço Social – *Mavi Rodrigues*
- 3) Dilemas e desafios do movimento sindical brasileiro: a particularidade da organização dos(as) assistentes sociais – *Sâmya Rodrigues Ramos, Tássia Rejane Monte dos Santos*
- 4) Trabalho, sobretrabalho e financiamento das políticas sociais – *Sara Granemann*
- 5) A disputa territorial redesenhando relações sociais nas cidades brasileiras – *Dirce Koga, Frederico Ramos e Kazuo Nakano*
- 6) Movimientos sociales para el reconocimiento de los movimientos indígenas y la ecología política indígena – *José G. Vargas-Hernández*
- 7) Emancipação social: fundamentos à prática social e profissional – *Danuta E. Cantoia Luiz*
- 8) Demanda reprimida: acesso aos serviços de saúde e serviço social – *Dolores Lima da Costa Vidal*
- 9) Infância e adolescência: o processo de reconhecimento e de garantia de direitos fundamentais – *Zelimar Soares Bidarra e Luciana Vargas Netto Oliveira*
- 10) Serviço social e reestruturação produtiva: entre a lógica do mercado e a defesa do projeto éticopolíticoprofissional – *Cláudio Gomes da Silva*

Sumário

EDITORIAL

ARTIGOS

- 1) O Serviço social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos – Maria Carmelita Yazbek, Maria Lúcia Martinelli, Raquel Raichelis
- 2) A primeira escola de Serviço Social do Pará – Joaquina Barata Teixeira
- 3) O protagonismo do Maranhão no serviço social brasileiro – Maria Ozanira da Silva e Silva, Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira, Maria Virgina Moreira Guilhon, Salviana de Maria Pastor Santos Sousa
- 4) Serviço social em Pernambuco: particularidades da formação e inserção profissional dos anos 40 aos 80 – Ana Cristina de Souza Vieira
- 5) A escola de serviço social de Goiás: 50 anos de sua história – Walderez Loureiro Miguel, Eleusa Bilemjian Ribeiro
- 6) Notas para a reconstrução da história do serviço social na Região Sul I – Lídia Maria M. Rodrigues da Silva, Odária Battini
- 7) Visitando a história: notas sobre a trajetória da Faculdade de Serviço Social da PUC/RS na direção da formação qualificada de profissionais e docentes - Jussara Maria Rosa Mendes, Beatriz G. Aginsky, Berenice Rojas Couto
- 8) O CFESS e os desafios político-profissionais do serviço social – Conselho Federal de Serviço Social
- 9) ABEPSS: a perspectiva da unidade da graduação e pós-graduação e a produção do conhecimento na formação profissional – Marina Maciel Abreu

TROCANDO EM MIÚDOS

Depoimento sem dano: metodologia, polêmicas e questões técnicas e éticas sobre a participação do assistente social – Eunice Teresinha Fávero

Sumário

Editorial.....	3
ARTIGOS	
Descentralização administrativa, políticas públicas e participação popular <i>Maria Lúcia Duriguetto, Ísis Silva e Débora Debórtoli</i>	5
A Re-significação do conceito de sociedade civil a partir dos anos 70 — uma análise crítica sobre a “nova” sociedade civil <i>Érica T. Vieira de Almeida</i>	27
Programas de combate à pobreza: “o poder das mulheres às avessas” <i>Rosana de Carvalho Martinelli Freitas</i>	49
Avaliação do benefício de prestação continuada: características sociais, proteção social e seus efeitos <i>João Bosco Hora Góis, Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato, Mônica de Castro Maia Senna e José Rodrigo de Moraes</i>	65
Notas sobre exclusão social <i>Ricardo Cesar Rocha da Costa</i>	93
Pesquisa em Serviço Social: reflexões sobre os desafios para a formação e atuação profissional <i>Andréa Branco Simão e Robson Sávio Reis Souza</i>	110
Trajetória histórica das primeiras unidades públicas de ensino de Serviço Social no Rio de Janeiro <i>Maria Inês Souza Bravo e Silene de Moraes Freire</i>	128
Educação superior e Serviço Social: o aprofundamento mercantil da formação profissional a partir de 2003 <i>Larissa Dahmer Pereira</i>	151
30 anos de rearticulação do movimento estudantil em Serviço Social <i>Marcelo Braz e Maurílio Castro de Matos</i>	174
O Brasil na Federação Internacional de Assistentes Sociais <i>Joaquina Barata Teixeira</i>	183
INFORME-SE	
50 anos da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) <i>Leila Baumgratz Delgado Yacoub</i>	189
Resolução CFESS n. 533, de 29 de setembro de 2008 <i>Ivanete Salete Boschetti</i>	191
ORIENTAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS	197
	1

Sumário

Editorial.....	3
ARTIGOS	
História do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília <i>Potyara Amazoneida P. Pereira</i>	5
Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora: singularidades da criação e do processo formativo 1958-1962 <i>Rita de Cássia Jacometti</i>	26
Construindo uma profissão: o caso da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense <i>Rita de Cássia S. Freitas, Cenira Duarte Braga, Nívia Valença Barros, Joyce do Nascimento Rodrigues e Caroline de Andrade Braga</i>	57
A organização político-sindical dos assistentes sociais: trajetória de lutas e desafios contemporâneos <i>Maria Beatriz Costa Abramides</i>	85
O projeto ético-político profissional do serviço social: o sentido da ruptura <i>Iolani Soares da Silva</i>	109
A prática do serviço social no plantão: limites e desafios para a efetivação de direitos <i>Josy Ramos de Oliveira Amador</i>	124
A vulnerabilidade social é atributo da pobreza <i>Carola C. Arregui e Mariangela B. Wanderley</i>	143
De Planfor a PNQ: permanecem os dilemas da política de qualificação profissional <i>Fátima Valéria Ferreira de Souza</i>	166
Trabalho, classe trabalhadora e proletariado: ensaio sobre as contradições e crises do capitalismo contemporâneo <i>Adrián Sotelo Valencia</i>	178
ORIENTAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS	197

Sumário

Editorial.....	203
ARTIGOS	
El Trabajo Social latinoamericano: un debate necesario en la actual crisis del capitalismo <i>Margarita Rozas Pagaza</i>	205
Internacionalismo e nacionalismo: dilemas da aposta estratégica <i>Valério Arcary</i>	225
O processo de <i>mundialização do capital</i> e sua forma “adequada” de conhecimento <i>Ellen Lucy Tristão, Márcio Lupatini e Ricardo Lara</i>	245
O Social-liberalismo e a “questão social” global <i>Rodrigo Castelo Branco</i>	283
Serviço social e estratégia saúde da família: contribuições ao debate <i>Kathleen Elane Leal Vasconcelos, Sandra Amélia Sampaio Silveira, Thaísa Simplício Carneiro, Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa</i>	308
Sistema Único de Assistência Social: institucionalidade e processos interventivos <i>Jucimeri Isolda Silveira</i>	335
Algumas considerações sobre o Bolsa Família <i>Inaiá Maria Moreira de Carvalho e Cláudia Monteiro Fernandes</i>	362
INFORME-SE	
Declaração Política do III Fórum Social Mundial da Saúde.....	389
Manifesto em defesa dos direitos sociais básicos sob ameaça na reforma tributária .	393
XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social.....	397
ORIENTAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS	398

Sumário

Contents

Editorial.....	403
Editorial	
ARTIGOS	405
ARTICLES	
Na ilha de Robinson: a autonomia e a ética profissional no neoliberalismo <i>Carlos Simões</i>	405
In Robinson's island: professional autonomy and ethics in the neoliberalism <i>Carlos Simões</i>	
Marcos legais e éticos do serviço social/construção dos parâmetros normativos do serviço social no Brasil <i>Sylvia Helena Terra</i>	425
Social Service legal and ethical landmarks/the construction of Social Service normative parameters in Brazil <i>Sylvia Helena Terra</i>	
Serviço social, direitos e prática profissional <i>Eunice Teresinha Fávero</i>	434
Social Service, rights and professional practice <i>Eunice Teresinha Fávero</i>	
Serviço social e direitos sociais no contexto da crise <i>Ademir Alves da Silva</i>	444
Social Service and social rights in the context of the crisis <i>Ademir Alves da Silva</i>	
A valorização da luta por direitos no serviço social contemporâneo <i>Claudia Maria Costa Gomes</i>	458
The appreciation of the fight for rights in the contemporary Social Service <i>Cláudia Maria Costa Gomes</i>	
Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 99, p. 401-402, jul./set. 2009	401

Pactuar a intersetorialidade e tramar as redes para consolidar o sistema de garantia dos direitos <i>Zelimar Soares Bidarra</i>	483
To compromise with the idea of sectors relating to each other and to make nets in order to consolidate the warranty of rights <i>Zelimar Soares Bidarra</i>	
Políticas de trabalho, emprego e renda: uma análise das propostas dos governos FHC e Lula <i>Enimar Jerônimo Wendhausen</i>	498
Work, job and income policies: an analysis of the proposals made by FHC's and Lula's governments <i>Enimar Jerônimo Wendhausen</i>	
(Re) valorização da educação permanente <i>Rosa Maria Castilhos Fernandes</i>	518
(New) appreciation of the permanent education <i>Rosa Maria Castilhos Fernandes</i>	
A Questão étnico-racial no processo de formação em serviço social <i>Roseli da Fonseca Rocha</i>	540
Ethnic-racial issue in the formation process of Social Service <i>Roseli da Fonseca Rocha</i>	
POLÊMICAS E DEBATES	563
POLEMICS AND DEBATES	
Centralidade e magnitude da política de assistência social <i>Suely Gomes Costa</i>	563
Social assistance policy's centrality and magnitude <i>Suely Gomes Costa</i>	
ORIENTAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS	590
GUIDELINES TO SUBMIT AN ARTICLE	

Sumário

Contents

Editorial.....	595
Editorial	
Nota do Editor.....	597
Editor's Note	
ARTIGOS	599
ARTICLES	
Trinta anos da revista <i>Serviço Social & Sociedade</i> : contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil <i>Maria Ozanira da Silva e Silva</i>	599
The thirty-year-old <i>Serviço Social & Sociedade</i> magazine: contributions to the construction and development of the Social Services in Brazil <i>Maria Ozanira da Silva e Silva</i>	
III CBAS: algumas referências para a sua contextualização <i>José Paulo Netto</i>	650
III CBAS: some references to its context <i>José Paulo Netto</i>	
O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro <i>Maria Inês Bravo</i>	679
The political and professional meaning of the Turning Point Congress to the Brazilian Social Services <i>Maria Inês Bravo</i>	
O III CBAS de 1979: a virada e o seu legado às novas gerações <i>Marcelo Braz</i>	709
1979's CBAS: the turning point and its legacy for the new generations <i>Marcelo Braz</i>	
A "Virada" na ética e nos conselhos de fiscalização profissional <i>Marlise Vinagre</i>	720
Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 100, 593-594, out./dez. 2009	593

The “turning point” in ethics and in the councils of professional supervision <i>Marlise Vinagre</i>	
O significado do papel político do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais — CBAS — 1979 <i>Maria Beatriz Costa Abramides e Maria do Socorro Reis Cabral</i>	728
The meaning of the political role of the III Social Workers’ Brazilian Congress — CBAS — 1979 <i>Maria Beatriz Costa Abramides and Maria do Socorro Reis Cabral</i>	
Começaria tudo outra vez se preciso fosse <i>Ivanete Boschetti (CFESS)</i>	740
We would do everything again if it were necessary <i>Ivanete Boschetti (CFESS)</i>	
Intercâmbio e produção de conhecimentos Brasil e Portugal... em tempos de viragem <i>Fernanda Rodrigues e Marília Andrade</i>	749
Interchange and construction of knowledge in Brazil and Portugal — in turning-point times <i>Fernanda Rodrigues and Marília Andrade</i>	
Algunas reflexiones generales sobre el trabajo social Argentino <i>Margarita Rozas Pagaza e María del Carmen Ludi</i>	772
Some general reflections about the Argentinian social services <i>Margarita Rozas Pagaza and María de Carmen Ludi</i>	
INFORME-SE	791
INFORM YOURSELF ABOUT	
O boletim ALAEITS Gestão 2006/2009	791
ALAEITS’s bulletin — management 2006/2009	
ORIENTAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS	797
GUIDELINES TO SUBMIT AN ARTICLE	

Editorial

 Artigos

Subjetividade, marxismo e Serviço Social: um ensaio crítico
Duarte, Marco José de Oliveira resumo em Português | Inglês texto em Português pdf em Português

Estado e sociedade civil no pensamento de Marx
Souza, Jamerson Murillo Anunciação de

A atitude investigativa no trabalho do assistente social
Fraga, Cristina Kologeski

Diagnosis as a specialized discourse in the social-legal area
Laurino, Carolina González; Costábile, Sandra Leopold

Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas
Nascimento, Sueli do

Com açúcar e sem afeto: a trajetória de vida amorosa de mulheres das classes populares em Aracaju/SE
Tavares, Márcia Santana

Fiscalização do exercício profissional e projeto ético-político
Santos, Josiane Soares; Gonçalves, Maria da Conceição Vasconcelos; Santos, Débora Rodrigues; Jesus, Elma Santos de; Santos, Fábio dos; Dórea, Gleide Celma Souza; Mendes, Raquel de Oliveira

 Informe-se

Conferência de direitos ou plano decenal?
Fuziwara, Aurea Satomi

Proteção Social, Seguridade Social e Assistência Social: informes acerca dos debates que marcaram o final de 2009
Paula, Renato Francisco dos Santos

Editorial

 **Artigos**

A saúde no Brasil e em Portugal na atualidade: o desafio de concretizar direitos
Bravo, Maria Inês Souza

A descentralização da política nacional de saúde nos sistemas municipais na linha da fronteira Mercosul
Agustini, Josiane; Nogueira, Vera Maria Ribeiro

Morte materna: uma expressão da "questão social"
Cardoso, Luzia Magalhães; Souza, Mirian Moura Costantin Félix de; Guimarães, Roberto Ubirajara Cavalcante

O Serviço Social nas ONGs no campo da saúde: projetos societários em disputa
Machado, Graziela Scheffer

Movimentos sociais e controle social em saúde do trabalhador: inflexões, dissensos e assessoria do Serviço Social
Freire, Lúcia M. de B.

O campo político da saúde do trabalhador e o Serviço Social
Olivar, Mônica Simone Pereira

O trabalho do Serviço Social nos serviços substitutivos de saúde mental
Robaina, Conceição Maria Vaz

A atuação do Serviço Social junto a pacientes terminais: breves considerações
Simão, Andréa Branco; Santos, Fernanda dos; Oliveira, Liane de Freitas; Santos, Renata Aline dos; Hilário, Rita Colen; Caetano, Suélem Cabral

 **Comunicação de Pesquisa**

A rede de serviços de atenção à saúde do idoso na cidade de Barcelona (Espanha) e na cidade de São Paulo (Brasil)
Santos, Álvaro da Silva; Karsch, Úrsula Margarida; Menéndez Montañés, Concha

 **Resenha**

Mercantilização do ensino superior e o Serviço Social brasileiro
Santos, Francine Helfreich Coutinho dos

 **Informe-se**

Manifesto de Fundação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), do campus Baixada Santista
Acosta, Ana Rojas; Baiert, Luzia Fátima; Silva, Maria Liduína de Oliveira e; Silva, Maria Norma de Oliveira Braz Peixoto da; Thomaz, Sílvia Maria Tagé

Sumário
Serv. Soc. Soc. no.103 São Paulo jul./set. 2010

Editorial

Artigos

A formação profissional crítica em Serviço Social inserida na ordem do capital monopolista
Silva, Ricardo Silvestre da

Para quê, para quem, como? Alguns desafios do cotidiano da pesquisa em serviço social
Moraes, Carlos Antônio de Souza; Juncá, Denise Chrysóstomo de Moura; Santos, Katarine de Sá

Serviço Social e o campo da saúde: para além de plantões e encaminhamentos
Sodré, Francis

Plantão social: espaço privilegiado para identificação/notificação de violência contra crianças e adolescentes
Monteiro, Fernanda de Oliveira

O Serviço Social e a "responsabilidade social das empresas": o debate da categoria profissional na Revista Serviço Social & Sociedade e nos CBAS
Menezes, Franciane Cristina de

Estado da arte do social: uma perscrutação às práticas de responsabilidade social empresarial
Silveira, Sandra da Silva

Novos paradigmas e velhos discursos: analisando processos de adolescentes em conflito com a lei
Sartório, Alexandra Tomazelli; Rosa, Edinete Maria

Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres
Azeredo, Verônica Gonçalves

Depoimento

FAPSS: Uma História de 70 anos...Histórico da fundação e evolução do Instituto de Serviço Social, hoje Faculdades Paulista de Serviço Social São Paulo e de São Caetano do Sul
Betetto, Heliton

Editorial

 **Artigos**

Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo
Salvador, Evilasio

A crise, o desemprego e alguns desafios atuais
Antunes, Ricardo

Estrutura social no Brasil: mudanças recentes
Pochmann, Marcio

Uma crítica da concepção de política social do Banco Mundial na cena contemporânea
Teixeira, Rafael Vieira

Cenários do pior e alternativa ecossocialista
Löwy, Michael

O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional
Santos, Silvana Mara de Moraes dos

A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância
Guerra, Yolanda

Configurações do ensino superior e a formação profissional dos assistentes sociais: desafios para a intervenção
Oliveira, Isaura Isoldi de Mello Castanho e

[resumo em Português | Inglês](#) [texto em Português](#) [pdf em Português](#)

 **Entrevista**

Cidades, trajetórias urbanas, políticas públicas e proteção social: questões em debate - entrevista com Vera Telles
Telles, Vera

Editorial

 **Artigos**

- **Direitos sociais na constituição cidadã: um balanço de 21 anos**
Oliveira, Carlindo Rodrigues de; Oliveira, Regina Coeli de

- **Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos**
Freitas, Tais Pereira de

- **Os direitos de crianças e adolescentes na perspectiva orçamentária**
Telles, Tiago Santos; Suguihiro, Vera Lucia Tieko; Barros, Mari Nilza Ferrari de

- **Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil**
Morais, Edson Elias de; Lanza, Fabio; Santos, Luis Miguel Luzio dos; Pelanda, Sílvia Schroeder

- **Copagamentos no Sistema Público Brasileiro: anomalia ou tendência?**
Andreazzi, Maria de Fatima Siliansky de; Andreazzi, Marco Antonio Ratzsch de; Baptista, Luciléia de Souza; Pimenta, Eduardo Scarlatelli

- **Risk on debate**
Laurino, Carolina González

- **Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho**
Carloto, Cássia Maria; Gomes, Anne Grace

- **Tecnologias sociais: interface com as políticas públicas e o Serviço Social**
Maciel, Ana Lúcia Suárez; Fernandes, Rosa Maria Castilhos

 **Comunicação de Pesquisa**

- **Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social**
Pinto, Rosa Maria Ferreiro; Micheletti, Fátima Aparecida Barbosa de Oliveira; Bernardes, Luzana Mackevícius; Fernandes, Joice Maria Pacheco Antonio; Monteiro, Gisela Vasconcellos; Silva, Magda Lucia Novaes; Barreira, Tânia Maria Horneaux de Mendonça; Makhoul, Aparecida Favorêto; Cohn, Amélia

 **Resenha**

- **Dicionário crítico do feminismo**
Nogueira, Claudia Mazzei

 **Informe-se**

- **Frente nacional contra a privatização e sua luta em defesa da saúde pública estatal**
Bravo, Maria Inês Souza

- **Esclarecimento sobre a implantação da jornada de 30 horas para Assistentes Sociais sem redução salarial - CFESS**

Editorial

 Artigos

Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político
Barroco, Maria Lucia S

Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia
Alvino-Borba, Andreilcy; Mata-Lima, Herlander

A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula
Cislaghi, Juliana Fiuza

O agir comunicativo no contexto das práticas de educação em saúde pública: um estudo à luz da teoria da ação comunicativa de J. Habermas
Oliveira, Raimunda Nonato da Cruz

A formação via PNQ e inserção produtiva dos CRAS: a reposição empobrecida e emergencial da qualificação de trabalhadores
Lessa, Simone Eliza do Carmo

O espaço da cooperativa "amigos do meio ambiente": cooperativa de trabalho ou cooperfraude?
Sterchile, Shirla Patricia Weber; Batista, Alfredo

Trajatórias de vida: desafios da pesquisa sociourbanística e contribuição para a gestão pública
Ramos, Frederico; Koga, Dirce

Os benefícios eventuais previstos na Loas: o que são e como estão
Bovolenta, Gisele Aparecida

 Resenha

O deciframento de uma realidade em movimento: os caminhos de uma pujante investigação
Paiva, Beatriz Augusto de

Editorial

 **Artigos**

Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?
Antunes, Ricardo

O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos
Raichelis, Raquel

Atores locais na implementação da política de qualificação profissional
Filgueiras, Cristina Almeida Cunha

Serviço Social e a saúde do trabalhador: uma dispersa demanda
Mendes, Jussara Maria Rosa; Wünsch, Dolores Sanches
resumo em Português | Inglês texto em Português pdf em Português

O Serviço Social e a área de gestão de pessoas: mediações sintonizadas com a Política Nacional de Humanização no Hospital Giselda Trigueiro
Regis, Maria Figuerêdo de Araújo

O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos
Martinelli, Maria Lúcia

Crime-prisão-liberdade-crime: o círculo perverso da reincidência no crime
Ferreira, Angelita Rangel

Entre monstros e vítimas: a coerção e a socialização no Sistema Socioeducativo de Minas Gerais
Menicucci, Clarissa Gonçalves; Carneiro, Carla Bronzo Ladeira

Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas
Boschetti, Ivanete
resumo em Português | Inglês texto em Português pdf em Português

 **Homenagem**

Dilséa A. Bonetti: uma especial presença entre nós
Koga, Dirce

Adeus à Nobuko Kameyama
Yazbek, Maria Carmelita

 **Resenha**

Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo
Joazeiro, Edna Maria Goulart

A dimensão ética do trabalho profissional nos hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico
Ortiz, Fátima Grave

Editorial

 **Artigos**

Questions to be investigated: what has happened with the social services in Spain?
Puerta, Belén Morata García de la

Development of social work in Spain
Charfolet, Aurora Castillo

O Serviço Social na Itália: problemas e perspectivas
Campanini, Annamaria

As práticas do "Serviço Social activo" no âmbito das novas tendências da política social: uma perspectiva portuguesa
Branco, Francisco; Amaro, Inês

Timm Kunstreich: por uma teoria crítica de Serviço Social
Wehrle, Tuto Beat

Forming social workers in Sweden
Montesino, Norma

O processo de formação e institucionalização do Serviço Social como profissão em Cuba
Moraes, Josiane

A definição de trabalho social da FITS: Por que revisar?
Conselho Federal de Serviço Social

O que Serviço Social quer dizer
Faleiros, Vicente de Paula

A pós-graduação e a pesquisa no Serviço Social latino-americano: uma primeira aproximação
Montaño, Carlos

 **Homenagem**

Nadir Kfourri, patrimônio do Serviço Social brasileiro e da PUC-SP
Wanderley, Mariângela Belfiore; Raichelis, Raquel

As entidades do Serviço Social Brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político
Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Conselho Federal de Serviço Social